



Diagnóstico do Plano Municipal de Educação de Leme

Relatório Final

Junho, 2023

Produto 4 – Relatório técnico final, contendo a sistemática de implementação e metas do PME para subsidiar a equipe gestora sobre as diretrizes institucionais e programáticas, a fim de possibilitar um plano mais exequível junto ao plano de trabalho e as áreas da SME Leme.

Realização: Cenpec

Coordenação: Romualdo Portela de Oliveira

Equipe:

Camila Arelaro (pesquisa)

Danilo Kanno (estatísticas)

Elisangela Pereira (pesquisa de campo)

Valéria Lopes (pesquisa e redação)

Em atendimento ao Edital 01/2022 Projeto 914BRZ1076

Junho, 2023

Sumário

Apresentação	11
Metodologia	12
O Plano Municipal de Educação de Leme – diagnóstico e avaliação	13
Meta 1 – Educação Infantil.....	13
Status: Meta em andamento.	13
Diagnóstico da Meta 1:	13
Avaliação da Meta 1:	16
Quadro 1 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 1	17
Meta 2 – Ensino Fundamental	21
Status: Meta em andamento.	21
Diagnóstico da Meta 2:	21
Avaliação da Meta 2:	29
Quadro 2 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 2	31
Meta 3 – Ensino Médio	35
Status: Meta em andamento.	35
Diagnóstico da Meta 3:	35
Avaliação da Meta 3:	36
Quadro 3 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 3	37
Meta 4 – Atendimento educacional especializado e inclusivo	39
Status: Meta em andamento.	39
Diagnóstico da Meta 4:	39
Avaliação da Meta 4:	40
Quadro 4 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 4	40
Meta 5 – Alfabetização das crianças	44
Status: Meta em andamento.	44
Diagnóstico da Meta 5:	44
Avaliação da Meta 5:	46
Quadro 5 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 5	46
Meta 6 – Educação em tempo integral.....	48
Status: Meta em andamento.	48
Diagnóstico da Meta 6:	48
Avaliação da Meta 6:	50

Quadro 6 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 6	50
Meta 7 – Qualidade da Educação Básica	51
Status: Meta em andamento.	51
Diagnóstico da Meta 7:	52
Avaliação da Meta 7:	52
Quadro 7 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 7	52
Meta 8 – Elevação da escolaridade média	59
Status: Meta não avaliada.	59
Diagnóstico da Meta 8:	59
Avaliação da Meta 8:	59
Quadro 8 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 8	59
Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos	61
Status: Meta não avaliada.	61
Diagnóstico da Meta 9:	61
Avaliação da Meta 9:	62
Quadro 9 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 9	62
Meta 10 – EJA integrada à EPT	65
Status: Meta não realizada.	65
Diagnóstico da Meta 10:	65
Avaliação da Meta 10:	65
Quadro 10 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 10	65
Meta 11 – EPT de nível médio	66
Status: Meta em andamento.	66
Diagnóstico da Meta 11:	67
Avaliação da Meta 11:	68
Quadro 11 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 11	68
Meta 12 – Ensino Superior	69
Status: Meta não realizada.	69
Diagnóstico da Meta 12:	69
Avaliação da Meta 12:	69
Quadro 12 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 12	69
Meta 13 – Qualidade do Ensino Superior	70
Status: Meta não realizada.	70
Diagnóstico da Meta 13:	70

Avaliação da Meta 13:.....	70
Quadro 13 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 13	71
Meta 14 – Pós-graduação	71
Status: Meta não realizada.....	71
Diagnóstico da Meta 14:	71
Avaliação da Meta 14:.....	71
Quadro 14 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 14	72
Meta 15 – Formação de profissionais da Educação	72
Status: Meta em andamento.	72
Diagnóstico da Meta 15:	72
Avaliação da Meta 15:.....	81
Quadro 15 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 15	81
Meta 16 – Formação docente – continuada e pós-graduação	83
Status: Meta em andamento.	83
Diagnóstico da Meta 16:	83
Avaliação da Meta 16:.....	84
Quadro 16 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 16	84
Meta 17 – Valorização do Magistério	87
Status: Meta não realizada.....	87
Diagnóstico da Meta 17:	87
Avaliação da Meta 17:.....	87
Quadro 17 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 17	87
Meta 18 – Plano de Carreira do Magistério	88
Status: Meta concluída.....	88
Diagnóstico da Meta 18:	88
Avaliação da Meta 18:.....	88
Quadro 18 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 18	88
Meta 19 – Nomeação de diretores escolares	90
Status: Meta não realizada.....	90
Diagnóstico da Meta 19:	90
Avaliação da Meta 19:.....	90
Quadro 19 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 19	90
Meta 20 – Financiamento da Educação	92
Status: Meta não realizada.....	92

Diagnóstico da Meta 20:	93
Avaliação da Meta 20:	93
Quadro 20 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 20	93

Índice de tabelas

Tabela 1 – Atendimento educacional às crianças entre zero e seis anos em estabelecimentos Creche, Leme (2015-2021)	14
Tabela 2 – Atendimento educacional às crianças entre zero e seis anos em estabelecimentos Pré-Escola, Leme (2015-2021)	15
Tabela 3 – Taxa de Atendimento das crianças de 0-3 e 4-5 anos, Leme (2015-2021).....	15
Tabela 4 – Matrículas e variação nas matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa, Leme (2015 e 2021)	16
Tabela 5 – Estimativas populacionais e matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Leme (2015-2020)	22
Tabela 6 – Estimativas populacionais e matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Leme (2015-2021)	22
Tabela 7 – Matrículas e variação nas matrículas no Ensino Fundamental, por dependência administrativa, Leme (2015 e 2021)	23
Tabela 8 – Matrícula e variação da matrícula nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por dependência administrativa municipal e privada, Leme (2015-2021).....	23
Tabela 9 – Matrícula e variação da matrícula nos Anos Finais do Ensino Fundamental por dependência administrativa estadual e privada, Leme (2015-2021).....	24
Tabela 10 – Matrícula e variação da matrícula nos Anos Finais do Ensino Fundamental por dependência administrativa estadual e privada, Leme (2015-2021).....	24
Tabela 11 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar em escolas públicas do Ensino Fundamental no município de Leme – SP (2015-2021).....	25
Tabela 12 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar em escolas privadas do Ensino Fundamental no município de Leme – SP (2015-2021)	25
Tabela 13 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar em escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental no município de Leme – SP (2015-2021) .	26
Tabela 14 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal, por localização, no município de Leme – SP (2015-2021)	26
Tabela 15 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual, por localização, no município de Leme – SP (2015-2021)	27
Tabela 16 – Taxa de distorção idade-ano/série escolar, no Ensino Fundamental (redes municipal e estadual), por ano escolar, no município de Leme – SP (2015-2021)	27
Tabela 17 – Taxa de distorção idade-ano/série escolar, no Ensino Fundamental (redes municipal e estadual), por ano escolar, no município de Leme – SP (2015-2021)	28
Tabela 18 – Evolução da taxa de distorção idade-ano/série escolar, no Ensino Fundamental (redes municipal e estadual), por ano escolar, em pontos percentuais, no município de Leme – SP (2015-2021)	29
Tabela 19 – Estimativas populacionais e matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização no Ensino Médio no município de Leme – SP (2015-2021).....	35
Tabela 20 – Matrícula e variação da matrícula no Ensino Médio por dependência administrativa no município de Leme – SP (2015-2021)	36
Tabela 21 – Avaliação Municipal do Ensino de Leme - Níveis de Escrita, 2023.	45

Tabela 22 – Avaliação Municipal do Ensino de Leme - Produção Textual, 2023.	45
Tabela 23 – Avaliação Municipal do Ensino de Leme - Níveis de Leitura, 2023.	46
Tabela 24 – Matrículas na Educação Básica, segundo o tipo de jornada, no município de Leme, 2021.....	48
Tabela 25 – Matrículas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por dependência administrativa, segundo o tipo de jornada, no município de Leme, 2021.....	49
Tabela 26 – Matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por dependência administrativa, segundo o tipo de jornada, no município de Leme, 2021.....	49
Tabela 27 – IDEB projetado e alcançado, por segmento e etapa da Educação Básica no município de Leme, 2015/2021.	52
Tabela 28 – Matrículas e variação nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos por dependência administrativa segundo nível/etapa de ensino no município de Leme – SP (2015 e 2021)	61
Tabela 29 - Matrículas e variação nas matrículas na Educação Profissional e Tecnológica por dependência administrativa Leme – SP (2015 e 2021)	67
Tabela 30 –Matrícula e variação da matrícula na Educação Profissional e Tecnológica, por dependência administrativa, Leme – SP (2015-2021).....	67
Tabela 31 – Adequação da formação docente na Educação Infantil ofertada pela Rede Municipal, Leme – SP (2015-2021).....	73
Tabela 32 – Adequação da formação docente na Educação Infantil ofertada em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)	73
Tabela 33 – Adequação da formação docente na Educação Infantil ofertada no total das redes, Leme – SP (2015-2021)	74
Tabela 34 – Adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Municipal, Leme – SP (2015-2021)	74
Tabela 35 – Adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)	75
Tabela 36 – Adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no total das redes, Leme – SP (2015-2021)	75
Tabela 37 – Adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021).....	76
Tabela 38 – Adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)	76
Tabela 39 – Adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, no total das redes, Leme – SP (2015-2021)	77
Tabela 40 – Adequação da formação docente no Ensino Médio, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021).....	77
Tabela 41 – Adequação da formação docente no Ensino Médio, em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021).....	78
Tabela 42 – Adequação da formação docente no Ensino Médio, total das redes, Leme – SP (2015-2021).....	78
Tabela 43 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, na Rede Municipal, Leme – SP (2015-2021)	79
Tabela 44 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021)	79

Tabela 45 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, todas as redes, Leme – SP (2015-2021)	80
Tabela 46 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021)	80

Lista de siglas

ACIL – Associação Comercial e Industrial de Leme
AEE - Atendimento Educacional Especializado
AMEL – Avaliação Municipal do Ensino de Leme
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APM – Associação de Pais e Mestres
AVAMEC - Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAED - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
CAIC - Centro de Assistência e Integração à Criança
CAPSi - Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CAPTE - Centro de Atendimento e Prevenção Técnico Educacional
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CME – Conselho Municipal de Educação
CODEL – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Leme
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRPA - Centro de Referência da Pessoa com Autismo
EE – Escola Estadual
EMEB – Escola Municipal de Educação Básica
ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ETEC - Escola Técnica Estadual
FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
HTPC - Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
HTPI - Horário de Trabalho Pedagógico Individual
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
PAE – Participação nas Atividades Escolares
PAP - Plano de Atendimento Pedagógico
PAR – Plano de Ações Articuladas
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PEB – Professor da Educação Básica
PME – Plano Municipal de Educação
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
SADS - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
SED – Secretaria Escolar Digital
SME – Secretaria Municipal de Educação
UNIVESP - Universidade Virtual do Estado de São Paulo

Apresentação

Em atendimento ao Edital 01/2022, o Cenpec apresenta os resultados do “diagnóstico do Plano Municipal de Educação de Leme, para subsidiar o processo de levantamento e o acompanhamento dos dados a serem elencados, o desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento e avaliação”, conforme o Edital.

O município de Leme, no estado de São Paulo, elaborou e estabeleceu em lei seu Plano Municipal de Educação (PME) por meio da Lei Complementar nº 698, de 23 de junho de 2015 (LEME, 2015), em conformidade com as determinações da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Como desdobramento da lei de criação do PME, que tem vigência entre os anos de 2015 e 2025, em 2022, a Secretaria Municipal de Educação (SME) instituiu o “Fórum Municipal de Educação – FME, para acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Educação – Decênio 2015/2025”, por meio da Portaria nº 99, de 09 de agosto de 2022 (LEME, 2022h). O Fórum é composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação; do Conselho Municipal de Educação – CME; da Secretaria de Assistência Social (SADS); da Secretaria de Administração; de Instituições Privadas de Ensino; de Professores; de Diretores das Escolas Estaduais; de Diretores das escolas municipais; de Estudantes e dos Pais de alunos (Art.3º).

Em 2019, a SME realizou a nomeação de Equipe Técnica do Monitoramento e Avaliação do PME de Leme, por meio da Portaria nº 31 de 02 de abril de 2019 (LEME, 2019a). A equipe é composta por uma Supervisora de Ensino, três Assistentes Técnico-Pedagógicos e dois Assistentes Técnico-Educacionais.

Próximo do final do período de vigência do PME, este relatório se constitui numa apreciação dos resultados alcançados nas Metas estabelecidas e em suas respectivas Estratégias, visando estabelecer um referencial para o início dos debates para a revisão do Plano Municipal de Educação de Leme.

Metodologia

O trabalho teve início com a realização de reuniões entre a equipe do Cenpec, a responsável pelo monitoramento do PME na Secretaria Municipal de Educação de Leme e a representação da Unesco Brasil. Reuniões de alinhamento e ajustes ocorreram ao longo do tempo de realização deste estudo viabilizando a coleta de dados. As etapas de realização do estudo foram:

Etapa 1 – Análise preliminar do Plano Municipal de Educação de Leme, visando organizar a demanda por informações. Nessa etapa, realizou-se uma apreciação sobre as possibilidades de verificação de cada uma das metas e estratégias e foi solicitado que as equipes da SME indicassem a situação atual e as fontes de informação disponíveis.

Etapa 2 – Levantamento, organização e análise de dados educacionais do município: i) disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e ii) disponibilizados pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Nesta etapa realizou-se o tratamento estatístico das informações disponíveis para o período de 2015 a 2021.

Etapa 3 – Visitas à Secretaria Municipal de Educação de Leme para: i) coleta de documentos, dados e informações; ii) entrevistas com as equipes responsáveis por programas, projetos e iniciativas em andamento. O levantamento ocorreu entre os meses de dezembro e janeiro e posteriormente foi revisto pelas equipes da SME Leme. Todas as informações sobre programas, projetos e iniciativas da Secretaria Municipal de Educação foram prestadas pelas equipes responsáveis na Secretaria.

Etapa 4 – Descrição da situação de cada Meta e cada Estratégia definidas no PME.

Etapa 5 – Elaboração de relatório final de diagnóstico e avaliação e de quadro síntese para divulgação dos resultados.

O Plano Municipal de Educação de Leme – diagnóstico e avaliação

O PME-Leme, aprovado em 2015, está organizado com a mesma estrutura do PNE, em 20 Metas com suas respectivas Estratégias. Apresenta-se a seguir uma síntese da situação atual das Metas e a situação de desenvolvimento de suas Estratégias.

Meta 1 – Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 1:

Conhecer as taxas líquida e bruta de escolarização no município requer dados sobre a população em idade escolar obrigatória (de 4 a 17 anos), com a distribuição correspondente à idade ideal em cada etapa da educação básica, não disponíveis, uma vez que o Censo Demográfico ainda está em processamento. Para a realização do cálculo utilizado neste estudo, recorreu-se ao *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais, para o Município de Leme*, produzido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE, 2022), que disponibiliza dados de estimativas populacionais até o ano de 2021¹.

A contabilização das matrículas, realizada pela FDE², reúne informações daquelas realizadas em estabelecimentos Creche e estabelecimentos Pré-escola. Essa organização foi mantida nas tabelas 1 e 2.

A Tabela 1 apresenta o número de matrículas em estabelecimentos Creche, de crianças por grupos etários (0 a 3; 4 e 5; e de 6 anos ou mais).

¹ É importante assinalar que se trata de estimativas que podem sofrer ajustes quando da divulgação dos dados do Censo. Deve-se levar em consideração este fato para a análise dos dados a seguir apresentados.

² Foram utilizados os números absolutos disponibilizados no *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais* e os percentuais foram recalculados com bases nesses números.

Tabela 1 – Atendimento educacional às crianças entre zero e seis anos em estabelecimentos Creche, Leme (2015-2021)

Atendimento realizado em Creches						
Ano	Projeção da População	Matrícula 0 a 3 anos	Taxa de Matrícula Líquida (TML ³)	Matrícula 4 e 5 anos	Matrícula (6 anos ou mais)	Taxa de Matrícula Bruta (TMB ⁴)
2015	5.261	2.272	43,2	193	0	46,9
2016	5.248	2.335	44,5	189	0	48,1
2017	5.234	2.359	45,1	177	0	48,5
2018	5.219	2.492	47,7	240	1	52,4
2019	5.200	2.550	49,0	168	0	52,3
2020	5.179	2.506	48,4	182	0	51,9
2021	5.132	2.332	45,4	173	0	48,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Caderno* (FDE, 2022).

Nota: A data de corte etário para efetuar a matrícula nas escolas públicas do estado de São Paulo é de 30 de junho (SEE-SP. Documento Orientador Corte Etário Escolar, 2019) e a Resolução n 2/2018 do Conselho Nacional de Educação estabelece a data de 31 de março. Na Rede Municipal de Leme o corte etário seguiu o estabelecido pelo CNE e as escolas particulares seguiram as definições do Governo Estadual.

A TML na creche no período 2015-21, apresenta crescimento entre 2015 e 2019 (de 43,2 para 49,0%), decrescendo para 45,4% em 2021. Observa-se também matrículas em creche de algumas crianças fora da idade ideal.

No que diz respeito à matrícula na Pré-Escola, os dados disponíveis são apresentados na tabela 2, a seguir. Observa-se um decréscimo na TML de 87,6 para 83,2 entre 2015 e 2021. Entretanto houve certa flutuação nesses números. No que diz respeito à TMB também houve queda de 94,6 em 2015 para 90,6% em 2021 também apresentando flutuação. Neste caso, observa-se matrículas na Pré-escola de crianças de 0 a 3 anos, que deveriam estar em Creche e crianças de 6 anos e mais, que deveriam estar no Ensino Fundamental.

³ Taxa de Matrícula Líquida (TML) é a razão entre a população matriculada na idade ideal para uma dada etapa de escolarização e a população na faixa etária correspondente. Neste caso, é a razão entre as matrículas de crianças de 0 a 3 anos e a população de 0 a 3 anos.

⁴ Taxa de Matrícula Bruta (TMB) é a razão entre o total de matriculados em uma dada etapa pela população na idade ideal para a etapa. Neste caso, é a razão entre o total de matriculados em creche e a população de 0 a 3 anos.

Tabela 2 – Atendimento educacional às crianças entre zero e seis anos em estabelecimentos Pré-Escola, Leme (2015-2021)

Atendimento realizado em Pré Escolas						
Ano	Matricula 0-3 anos	População 4-5 anos	Matrícula 4-5 anos	TML	Matrícula 6 anos e mais	TMB
2015	6	2.579	2.260	87,6	175	94,6
2016	3	2.595	2.279	87,8	203	95,8
2017	7	2.611	2.264	86,7	184	94,0
2018	16	2.626	2.129	81,1	183	88,7
2019	13	2.640	2.265	85,8	181	93,1
2020	10	2.653	2.273	85,7	219	94,3
2021	11	2.639	2.196	83,2	183	90,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Caderno* (FDE, 2022).

Agora, considerando-se a Taxa de Atendimento⁵ da população de 0 a 3 anos e da população de 4 e 5 anos, temos a situação apresentada na Tabela 3.

Verificou-se uma ampliação do atendimento da população de 0 a 3 anos, de 43,3% em 2015 para 48,1% em 2021. Para a população de 4 e 5 anos houve uma diminuição do atendimento, de 95,1% em 2015 para 89,8% em 2021. Tal queda é observável mesmo antes da pandemia. Tal situação requer particular atenção pois neste caso temos a população de matrícula compulsória.

Tabela 3 – Taxa de Atendimento das crianças de 0-3 e 4-5 anos, Leme (2015-2021)

Taxa de atendimento da População de 0-3 a 4-5 anos						
Ano	0 a 3 anos			4 e 5 anos		
	Projeção da População	Matrícula	Taxa de atendimento	Projeção da População	Matrícula	Taxa de atendimento
2015	5.261	2.278	43,3	2.579	2.453	95,1
2016	5.248	2.338	44,6	2.595	2.468	95,1
2017	5.234	2.366	45,2	2.611	2.441	93,5
2018	5.219	2.508	48,1	2.626	2.369	90,2
2019	5.200	2.563	49,3	2.640	2.433	92,2
2020	5.179	2.516	48,6	2.653	2.455	92,5
2021	5.132	2.343	45,7	2.639	2.369	89,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Caderno* (FDE, 2022).

O documento “Lista Única de Creches: universalização da oferta da Educação Infantil” de agosto de 2022 (LEME, 2022a), elaborado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação de Leme, informa que no ano de 2022, 152 crianças estiveram inscritas na lista de espera do

⁵ Taxa de Atendimento é a relação entre a população de uma dada faixa etária no sistema de ensino e população total na faixa etária. Por exemplo, a Taxa de Atendimento de 0 a 3 anos é a relação entre a população de 0 a 3 anos matriculada (em qualquer etapa da educação básica) e a população de 0 a 3 anos.

atendimento em Creches e 129 foram atendidas até o mês de agosto, restando em espera 23 crianças entre 0 e 3 anos. O maior número de crianças inscritas em situação de espera se encontra na “EMEB Profa. Mariquita Terossi”, na região central da cidade. O documento destaca que a “Rede Municipal de Ensino de Leme possui vagas disponíveis, no entanto, alguns pais fizeram a opção em permanecerem na lista única de creche, escolhendo a U.E” e que “outros pais realizaram a inscrição em agosto de 2022, considerando que a vaga seria para 2023, desistindo da vaga neste ano”. (IDEM, n.p.)

Observa-se, ainda, que houve crescimento da matrícula em Creche na Rede Municipal, entre os anos 2015 e 2021 e redução nas escolas privadas. No atendimento Pré-escolar da Rede Municipal o número de matrículas se manteve inalterado no mesmo período, enquanto as escolas privadas reduziram as matrículas. A tabela a seguir registra a variação da matrícula no período.

Tabela 4 – Matrículas e variação nas matrículas na Educação Infantil, por dependência administrativa, Leme (2015 e 2021)

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa											
	Estadual			Municipal			Privada			Total das Redes		
	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)
Creche	-	-	-	2.277	2.401	5,4%	187	104	-44,4%	2.464	2.505	1,7%
Pré-Escola	-	-	-	2.255	2.255	0,0%	183	135	-26,2%	2.438	2.390	-2,0%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Avaliação da Meta 1:

Resultado parcial: O atendimento, em 2021, para as crianças entre 0 e 3 anos atingiu 45,7% da população nessa faixa etária e para as crianças entre 4 e 5 anos, 89,8%, ambos abaixo da meta estabelecida no PME.

O alcance da Meta relativa ao atendimento de crianças até 3 anos esteve muito próximo, no ano de 2019, apresentando queda nos anos de 2020 e 2021, possivelmente em razão da pandemia da Covid 19. Considerando o período de vigência do PME, é bastante possível que a Meta seja alcançada.

O atendimento de crianças entre 4 e 5 anos, idade prevista de escolarização obrigatória, ainda se encontra distante da meta estabelecida, que é de universalização, o que indica que o esforço deverá incluir campanhas no município para ampliação da matrícula.

Destaques que demandam cuidados:

- Verifica-se a presença de crianças de 4 e 5 nos estabelecimentos Creche, em 2021.
- A taxa de matrícula líquida na creche, apresenta um lento aumento, entre os anos de 2015 e 2019, saindo de 43,2% (2015) e atingindo 49,0% (2019). No entanto, verifica-se, em 2020 e 2021, uma ligeira queda (45,4%), possivelmente como efeito da pandemia da Covid 19.
- O atendimento educacional realizado nos estabelecimentos Pré-escolares registrou a presença de crianças entre 0 e 3 anos, faixa etária de atendimento nos estabelecimentos Creche.
- Nos estabelecimentos com oferta Pré-escolar, verificou-se a presença de crianças de 6 anos ou mais em todo o período de vigência do PME, tendo crescido entre os anos de 2015 e 2020 e retornado aos patamares de 2015 em 2021. A presença das crianças de 6 anos na Pré-escola demanda maior compreensão e providências, posto que nessa idade prevê-se atendimento no Ensino Fundamental.
- Verificou-se a redução no número de estabelecimentos Pré-escolares entre os anos de 2015/2021. Verificar se isso tem implicações no atendimento da demanda. Sugere-se, quando da divulgação dos dados do Censo Demográfico, uma análise da localização dos estabelecimentos em relação à população em cada microrregião da cidade.
- A avaliação das condições de oferta é tema a ser enfrentado pela SME.
- Verificou-se queda no número de matrículas nos estabelecimentos rurais de atendimento à Creche e à Pré-Escola, no período entre 2015 e 2021. Será necessário, com os resultados do Censo Demográfico, identificar a relação entre oferta e demanda territorialmente para equacionar o atendimento.

Quadro 1 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 1

Meta 1 – Estratégias	Situação
<p>1.1. Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.</p> <p>a) Solicitar e/ou demandar junto aos governos federal e estadual a construção de novas unidades de educação infantil para universalizar o atendimento na faixa etária de 04 e 05 anos e ampliar em 50% a oferta de vagas da faixa etária de 0 a 03 anos.</p> <p>b) Solicitar e/ou demandar junto ao governo federal a reforma e/ou ampliação e construção das unidades de educação infantil para universalizar o atendimento na faixa etária de 04</p>	<p>1.1.a e 1.1.b. O município recebeu, por três vezes, recursos do Programa Proinfância. O número de estabelecimentos de Educação Infantil – Creche geridos pela Rede Municipal passou de 33, em 2015, para 35 em 2016, caiu para 34 em 2018 e voltou a ser de 35 em 2021. Na Educação Infantil – Pré-escola, eram 24 estabelecimentos em 2015 e 21 em 2021.</p> <p>1.1.c. Não foi informada a existência de “classes volantes”.</p>

<p>e 05 anos e ampliar em 50% a oferta de vagas de faixa etária de 0 a 03 anos.</p> <p>c) Possibilitar, se necessário, a otimização dos espaços físicos para a criação de classes “volantes”, na faixa etária de 0 a 03 anos, assegurando que tal equipamento seja dotado das condições gerais de acesso e permanência estabelecidas neste Plano.</p>	
<p>1.2 - Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.</p>	<p>As iniciativas de manutenção e ampliação ocorrem por meio de recursos do FUNDEB, do Fundo Municipal de Educação e do PDDE (acessibilidade, conectada, básico).</p>
<p>1.3 - Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais e próprios, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola.</p>	<p>A SME utiliza formulários para <i>Avaliação Periódica de Desempenho</i> de todos os profissionais das unidades educacionais. Não há instrumentos ou se realizam procedimentos voltados à avaliação das condições de oferta da educação infantil (infraestrutura física, recursos pedagógicos e de acessibilidade), como proposto na estratégia.</p>
<p>1.4 - Estimular a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil, através de parcerias com universidades, e programas do governo estadual e federal.</p>	<p>A SME, em parceria com a UNIVESP, realiza a oferta de cursos de graduação, de formação continuada e diversas formações voltadas para diretores e coordenadores de Educação Infantil; professores, incluindo substitutos; berçaristas e demais funcionários.</p>
<p>1.5 - Estabelecer mecanismos tais como vagas, transporte, alimentação, currículo voltado para as especificidades do campo, de forma a assegurar o atendimento das crianças residentes na zona rural na educação infantil.</p>	<p>O transporte é ofertado aos estudantes das escolas rurais.</p> <p>O cardápio das escolas rurais segue as normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do FNDE e as unidades escolares são acompanhadas pelo Conselho de Alimentação Escolar.</p> <p>Não há orientações curriculares específicas para as unidades rurais, no entanto, as orientações são insistentes em relação aos contextos de convívio e aprendizagem, permitindo inferir que as especificidades do campo são consideradas.</p>

	Houve redução, entre os anos de 2015 e 2021, de 22% das matrículas em Creches localizadas em áreas rurais e de 26,5% das matrículas em Pré-Escolas.
1.6 - Garantir o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil.	<p>Nas unidades de escolarização regular as crianças contam com monitores e professores de apoio e 11 escolas estão, em 2022, equipadas com salas de recursos multifuncionais.</p> <p>Segundo a Resolução nº 08 de 2021 (art.4º, inciso IV), quando não há possibilidade de criação de sala de recursos multifuncionais, as crianças com deficiência são atendidas por professor especializado. A referida resolução também detalha procedimentos de matrícula e determina a incorporação desse atendimento no projeto pedagógico da escola.</p>
1.7 - Assegurar às creches e pré-escolas o atendimento através de profissionais capacitados aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil, de acordo com as diretrizes específicas da educação especial.	<p>Nas unidades de escolarização regular as crianças contam com monitores e professores de apoio e 11 escolas estão equipadas com salas de recursos multifuncionais.</p> <p>Segundo a Resolução nº 08 de 2021 (art.4º, inciso IV), quando não há possibilidade de criação de sala de recursos multifuncionais, as crianças com deficiência são atendidas por professor especializado. A referida resolução também detalha procedimentos de matrícula e determina a incorporação desse atendimento no projeto pedagógico da escola.</p>
1.8 - Manter a oferta de alimentação escolar adequada e com qualidade para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União.	O procedimento para oferta de alimentação escolar segue as normativas da Resolução 06/2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar e tem o acompanhamento do Conselho da Alimentação Escolar do município.
1.9 - Assegurar o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional	Todos os anos, cada turma recebe um kit de materiais pedagógicos adequado às faixas etárias e periodicamente se realiza

<p>desenvolvido nas instituições municipais de educação infantil.</p>	<p>a substituição de brinquedos de parque e são adquiridos livros paradidáticos, brinquedos e jogos para as unidades educacionais.</p>
<p>1.10 - Promover palestras e encontros voltados à comunidade para a maior conscientização quanto aos direitos e às necessidades físicas, psicológicas e sociais da faixa etária em questão, de forma a incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.</p>	<p>Ao longo do ano letivo todas as unidades educacionais realizam no mínimo quatro reuniões (bimestrais) com as famílias e eventos como festas juninas e apresentações em datas comemorativas.</p>
<p>1.11 - Garantir o efetivo funcionamento do sistema municipal de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil, nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do atendimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes federais, estaduais e municipais.</p>	<p>A Coordenadoria Pedagógica de Educação Infantil, criada pela Lei Complementar nº 653/2013, tem diversas atribuições e, entre elas, no Art. 38, inciso IV a de “analisar e avaliar os resultados do ensino e propor medidas para correção e aprimoramento da qualidade de ensino e da aprendizagem em relação à Educação Infantil e Creches”; e no inciso V “avaliar a adequação da implementação de projetos especiais considerando as políticas e diretrizes da secretaria da educação e de acordo com o calendário escolar e o currículo definido pela secretaria no âmbito em relação à Educação Infantil e Creches”.</p> <p>Os procedimentos de acompanhamento do trabalho das escolas são: i) Acompanhamento Pedagógico às Unidades Escolares e ii) Pauta de Observação e Acompanhamento de HTPC, contendo um roteiro para os registros.</p>
<p>1.12 - Garantir a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na revisão permanente do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar das instituições de ensino infantil da rede municipal e particulares, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.</p>	<p>Ao longo de 2019-2020, os gestores da Rede Municipal realizaram uma formação para elaboração do PPP. Durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, os gestores discutiram o PPP e preencheram um questionário socioeconômico. O documento foi desenvolvido durante Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo em que os gestores junto à equipe (professores e funcionários) e comunidade escolar (responsáveis e alunos) discutiram o PPP a</p>

	partir da análise do questionário socioeconômico. Todas as escolas municipais possuem Projeto Político Pedagógico.
1.13 - Promover a regularização das escolas privadas, visando sua integração ao sistema de ensino.	Em 2023 a SME estabeleceu as normativas, por meio da Resolução 04, de 13 de fevereiro, que “fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos de Educação Infantil no sistema municipal de ensino de Leme”.

Meta 2 – Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 2:

A matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental é realizada majoritariamente pela Rede Municipal, que atendeu, em 2021, 87,9% das matrículas nesse segmento. Nos anos finais do Ensino Fundamental 84,5% das matrículas são da responsabilidade da Rede Estadual de ensino. Em ambos os segmentos do Ensino Fundamental existe oferta em escolas privadas.

As taxas bruta e líquida de escolarização são mais elevadas nos anos iniciais do que nos anos finais do Ensino Fundamental, assim como no restante do país. Para o cálculo de taxas líquida e bruta de escolarização foram utilizados os dados disponibilizados no *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais* (FDE, 2022), que vão até o ano de 2021, uma vez que não estão disponíveis estimativas populacionais posteriores.

Ressalta-se, na contabilização realizada pelo FDE, ausência de registros de matrícula e de projeções populacionais para adolescentes acima de 17 anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e acima de 19 anos nos anos finais.

A taxa bruta de escolarização, que indica a capacidade de atendimento da demanda, apresentou-se em queda nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como a matrícula líquida, ao longo do período, como se pode verificar na tabela a seguir.

Tabela 5 – Estimativas populacionais e matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Leme (2015-2020)

Ano	Até 5 anos		6 a 10 anos		11 a 14 anos		15 a 17 anos		Pop. estimada de 6 a 10 anos	Matrícula Total (6 a 10 anos)	Matrícula Total (de até 5 anos a 17 anos)	Taxa Bruta	Taxa Líquida
	Projeção da Pop.	Matríc.											
2015	7.840	9	6.384	6.395	5.347	596	4.581	27	6.384	6.395	7.027	110,1	100,2*
2016	7.843	14	6.422	6.387	5.310	605	4.445	24	6.422	6.387	7.030	109,5	99,5
2017	7.845	13	6.458	6.286	5.269	622	4.310	27	6.458	6.286	6.948	107,6	97,3
2018	7.845	7	6.491	6.190	5.226	618	4.180	21	6.491	6.190	6.836	105,3	95,4
2019	7.840	12	6.520	6.189	5.182	322	4.050	21	6.520	6.189	6.544	100,4	94,9
2020	7.832	23	6.548	6.093	5.137	284	3.922	15	6.548	6.093	6.415	98,0	93,1
2021	7.771	17	6.555	6.112	5.173	273	3.921	15	6.555	6.112	6.417	97,9	93,2

Fonte: Elaboração própria com dados da FDE, 2022.

* A taxa líquida nunca é superior a 100%, mas nesse caso trata-se de cálculo a partir de estimativa populacional que, possivelmente, está incorreta, permitindo que se chegue em mais de 100% de atendimento.

Nos anos finais do Ensino Fundamental verifica-se o crescimento das taxas bruta e líquida de escolarização ao longo do período, mas destaca-se a queda da taxa líquida entre 2020 e 2021, como registrado a seguir. Essa queda pode estar associada à pandemia da Covid 19.

Destaca-se que a taxa líquida de matrícula nos anos finais do Ensino Fundamental superou, em 2021 a taxa apresentada para os anos iniciais.

Tabela 6 – Estimativas populacionais e matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Leme (2015-2021)

Ano	até 10 anos		11 a 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		Pop. estimada de 11 a 14 anos	Matrícula Total (11 a 14 anos)	Matrícula Total (de até 10 anos a 19 anos)	Taxa Bruta	Taxa Líquida
	Projeção da Pop.	Matríc.											
2015	14.224	35	5.347	4.589	4.581	257	3.208	1	5.347	4.589	4.882	91,3	85,8
2016	14.265	17	5.310	4.554	4.445	244	3.127	2	5.310	4.554	4.817	90,7	85,8
2017	14.303	10	5.269	4.670	4.310	640	3.048	1	5.269	4.670	5.321	101,0	88,6
2018	14.336	14	5.226	4.640	4.180	626	2.968	1	5.226	4.640	5.281	101,1	88,8
2019	14.360	18	5.182	4.878	4.050	575	2.890	-	5.182	4.878	5.471	105,6	94,1
2020	14.380	15	5.137	4.937	3.922	553	2.814	-	5.137	4.937	5.505	107,2	96,1
2021	14.326	19	5.173	4.903	3.921	597	2.775	-	5.173	4.903	5.519	106,7	94,8

Fontes: Elaboração própria com dados da FDE, 2022.

A matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental sofreu queda total, no período de vigência do PME, de 6,7%, sendo que a Rede Municipal apresentou redução de 9,6% no período. No atendimento aos anos finais houve aumento de 13%, como registrado a seguir.

Tabela 7 – Matrículas e variação nas matrículas no Ensino Fundamental, por dependência administrativa, Leme (2015 e 2021)

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa											
	Estadual			Municipal			Privada			Total das Redes		
	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)
EF Anos Iniciais	-	-	-	6.292	5.691	-9,6%	653	786	20,4%	6.945	6.477	-6,7%
EF Anos Finais	4.308	4.661	8,2%	-	-		574	858	49,5%	4.882	5.519	13,0%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal houve queda em todo o período estudado (2015/21), com exceção do ano de 2021, enquanto as escolas privadas apresentaram aumentos percentuais na matrícula em quase todos os anos do período. A tabela a seguir, registra a movimentação ano a ano.

Tabela 8 – Matrícula e variação da matrícula nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por dependência administrativa municipal e privada, Leme (2015-2021)

Ano	Municipal		Privada		Total	
	Matrícula	Variação ano a ano	Matrícula	Variação ano a ano	Matrícula	Variação ano a ano
2015	6.292		653		6.945	
2016	6.255	-0,6%	696	6,6%	6.951	0,1%
2017	6.159	-1,5%	718	3,2%	6.877	-1,1%
2018	6.068	-1,5%	711	-1,0%	6.779	-1,4%
2019	5.729	-5,6%	757	6,5%	6.486	-4,3%
2020	5.571	-2,8%	791	4,5%	6.362	-1,9%
2021	5.691	2,2%	786	-0,6%	6.477	1,8%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nos anos finais no Ensino Fundamental, atendidos pela Rede Estadual, a matrícula apresentou redução nos últimos dois anos, enquanto as escolas privadas apresentaram ligeiro crescimento da matrícula. A variação percentual ano a ano pode ser conferida na tabela a seguir.

Tabela 9 – Matrícula e variação da matrícula nos Anos Finais do Ensino Fundamental por dependência administrativa estadual e privada, Leme (2015-2021)

Ano	Estadual		Privada		Total	
	Matrícula	Varição ano a ano	Matrícula	Varição ano a ano	Matrícula	Varição ano a ano
2015	4.308		574		4.882	
2016	4.264	-1,0%	553	-3,7%	4.817	-1,3%
2017	4.701	10,2%	620	12,1%	5.321	10,5%
2018	4.661	-0,9%	620	0,0%	5.281	-0,8%
2019	4.829	3,6%	642	3,5%	5.471	3,6%
2020	4.758	-1,5%	747	16,4%	5.505	0,6%
2021	4.661	-2,0%	858	14,9%	5.519	0,3%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A oferta de Ensino Fundamental nos anos iniciais nas áreas rurais se dá exclusivamente pela Rede Municipal e nos anos finais, exclusivamente pela Rede Estadual. Embora as redes não apresentem crescimento expressivo das matrículas em áreas urbanas, nas áreas rurais há redução nos dois segmentos do Ensino Fundamental. A redução mais expressiva das matrículas em áreas rurais, verificada no ano de 2020 é, possivelmente, resultante dos efeitos da pandemia na Educação pública. A tabela a seguir registra a distribuição das matrículas no Ensino Fundamental entre as escolas urbanas e rurais.

Tabela 10 – Matrícula e variação da matrícula nos Anos Finais do Ensino Fundamental por dependência administrativa estadual e privada, Leme (2015-2021)

Ano	EF Anos Iniciais				EF Anos Finais				EF Total			
	Urbana	Varição ano a ano	Rural	Varição ano a ano	Urbana	Varição ano a ano	Rural	Varição ano a ano	Urbana	Varição ano a ano	Rural	Varição ano a ano
2015	6.921		168		4.764		118		11.685		286	
2016	6.921	0,0%	173	3,0%	4.705	-1,2%	112	-5,1%	11.626	-0,5%	285	-0,3%
2017	6.846	-1,1%	168	-2,9%	5.195	10,4%	126	12,5%	12.041	3,6%	294	3,2%
2018	6.723	-1,8%	177	5,4%	5.148	-0,9%	133	5,6%	11.871	-1,4%	310	5,4%
2019	6.424	-4,4%	181	2,3%	5.332	3,6%	139	4,5%	11.756	-1,0%	320	3,2%
2020	6.317	-1,7%	159	-12,2%	5.367	0,7%	138	-0,7%	11.684	-0,6%	297	-7,2%
2021	6.319	0,0%	158	-0,6%	5.389	0,4%	130	-5,8%	11.708	0,2%	288	-3,0%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Além da universalização, a Meta 2 define que 95% dos estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade esperada. Essa definição depende, sobretudo, dos indicadores de sucesso ou fracasso escolar, entendidos aqui como possibilidade do sistema educacional e não de estudantes.

As taxas de reprovação e abandono, que compõem o rendimento escolar na rede pública de Ensino Fundamental (Rede Municipal atende os anos iniciais e Rede Estadual, os anos finais do Ensino Fundamental), apresentam quedas no período analisado (2015-2021). Destaca-se que no primeiro ano da pandemia da Covid 19 (2020), houve recomendação do Conselho Nacional de Educação para que as escolas e redes evitassem as reprovações (Parecer CNE 11/2020 de 07 de julho de 2020), visando conter o abandono escolar. As tabelas a seguir registram essas taxas.

Tabela 11 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar em escolas públicas do Ensino Fundamental no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais (apenas escolas municipais)	Finais (apenas escolas estaduais)	Total	Iniciais (apenas escolas municipais)	Finais (apenas escolas estaduais)	Total	Iniciais (apenas escolas municipais)	Finais (apenas escolas estaduais)	Total
2015	98,8	96,3	97,8	1,1	1,8	1,4	0,1	1,9	0,8
2016	98,8	96,0	97,7	1,2	2,6	1,7	0,0	1,4	0,6
2017	98,9	96,9	98,0	1,1	1,9	1,4	0,0	1,2	0,6
2018	99,6	97,9	98,9	0,4	1,3	0,7	0,0	0,8	0,4
2019	99,7	97,5	98,7	0,3	1,6	0,9	0,0	0,9	0,4
2020	100,0	99,6	99,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1
2021	99,9	99,5	99,7	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	0,3

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

No mesmo período, as taxas de rendimento no Ensino Fundamental no conjunto das escolas privadas também apresentaram queda nas reprovações, enquanto o abandono escolar permaneceu inexistente, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 12 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar em escolas privadas do Ensino Fundamental no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2015	99,4	99,5	99,4	0,6	0,5	0,6	0,0	0,0	0,0
2016	99,6	98,4	99,0	0,4	1,6	1,0	0,0	0,0	0,0
2017	99,4	99,5	99,5	0,6	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0
2018	99,9	99,5	99,7	0,1	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0
2019	99,6	99,4	99,5	0,4	0,6	0,5	0,0	0,0	0,0
2020	99,9	99,9	99,9	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
2021	99,9	99,7	99,7	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nas duas redes públicas e no conjunto das escolas privadas, a situação está registrada a seguir.

Tabela 13 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar em escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total	Iniciais	Finais	Total
2015	98,9	96,7	98,0	1,1	1,7	1,3	0,0	1,6	0,7
2016	98,9	96,2	97,8	1,1	2,5	1,7	0,0	1,3	0,5
2017	99,0	97,2	98,2	1,0	1,7	1,3	0,0	1,1	0,5
2018	99,7	98,1	99,0	0,3	1,2	0,7	0,0	0,7	0,3
2019	99,7	97,7	98,8	0,3	1,4	0,8	0,0	0,9	0,4
2020	100,0	99,7	99,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1
2021	99,9	99,5	99,7	0,0	0,1	0,0	0,1	0,4	0,3

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

As diferenças nas taxas de rendimento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Municipal de Leme, entre escolas urbanas e rurais, revelam que a maior queda nas reprovações se deu, no período, nas escolas rurais, como registrado a seguir.

Tabela 14 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, nos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal, por localização, no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
2015	98,8	98,9	94,1	1,1	1,0	5,3	0,1	0,1	0,6
2016	98,8	96,3	98,9	1,2	3,7	1,1	0,0	0,0	0,0
2017	98,9	98,9	98,2	1,1	1,1	1,8	0,0	0,0	0,0
2018	99,6	99,6	100,0	0,4	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
2019	99,7	99,7	100,0	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
2020	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2021	99,9	99,9	100,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, ofertado pela Rede Estadual, verifica-se queda nas taxas de reprovação e abandono, sendo que essas taxas foram mais persistentes nas escolas urbanas ao longo do período. A tabela a seguir registra os dados.

Tabela 15 – Rendimento Escolar: taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, nos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual, por localização, no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Aprovação			Reprovação			Abandono		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
2015	96,3	96,2	99,2	1,8	1,9	0,0	1,9	1,9	0,8
2016	96,0	99,2	95,9	2,6	0,8	2,6	1,4	0,0	1,5
2017	96,9	96,8	100,0	1,9	1,9	0,0	1,2	1,3	0,0
2018	97,9	97,9	100,0	1,3	1,3	0,0	0,8	0,8	0,0
2019	97,5	97,5	100,0	1,6	1,6	0,0	0,9	0,9	0,0
2020	99,6	99,6	100,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0
2021	99,5	99,4	100,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,6	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A distorção idade-ano/série escolar é, também, um importante dado sobre as condições de oferta da Educação Básica. No Ensino Fundamental, em Leme, as taxas de distorção idade-ano/série escolar vêm caindo ano a ano no período entre 2015 e 2021. Verifica-se a queda de 2,2p.p. na taxa de distorção nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os anos de 2015 e 2021. Nos anos finais do Ensino Fundamental, essa queda foi de 3 p.p.

A identificação das taxas de distorção por ano de escolarização permite verificar que, entre os anos de 2015 e 2021 as maiores quedas ocorreram no 3º ano (-5,7 p.p.) e no 8º ano (7,4 p.p.), como registrado na tabela a seguir.

Tabela 16 – Taxa de distorção idade-ano/série escolar, no Ensino Fundamental (redes municipal e estadual), por ano escolar, no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	p.p. entre 2015 e 2021
Total EF	10,0	9,9	8,8	8,8	7,4	7,6	7,0	-3,0
Total Anos Iniciais	3,5	4,0	3,7	3,2	2,6	1,9	1,3	-2,2
Total Anos Finais	10,0	9,9	8,8	8,8	7,4	7,6	7,0	-3,0
1º Ano	0,8	0,7	0,5	0,4	0,4	0,2	0,1	-0,7
2º Ano	1,6	1,1	1,1	0,8	0,7	0,5	0,6	-1,0
3º Ano	6,9	5,1	4,1	4,0	2,2	1,3	1,2	-5,7
4º Ano	4,2	6,8	5,5	4,6	4,4	2,4	1,5	-2,7
5º Ano	4,5	5,7	6,6	5,6	4,9	4,7	3,1	-1,4
6º Ano	9,3	6,2	7,4	9,0	6,1	7,6	5,6	-3,7
7º Ano	9,2	10,8	8,1	8,1	9,2	7,0	7,8	-1,4
8º Ano	13,9	9,3	10,2	7,7	7,1	8,8	6,5	-7,4
9º Ano	9,3	15,6	9,6	10,5	7,3	7,0	8,3	-1,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Os dados de distorção idade-ano/série escolar indicam redução das taxas, mas é necessário atenção para a distribuição dessas taxas por localização das escolas. As taxas nas escolas localizadas em áreas rurais são bem mais elevadas, como se verifica a seguir.

Tabela 17 – Taxa de distorção idade-ano/série escolar, no Ensino Fundamental (redes municipal e estadual), por ano escolar, no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	2015			2016			2017			2018			2019			2020			2021		
	Total	Urb	Rur	Total	Urb	Rur	Total	Urb	Rur	Total	Urb	Rur									
Total EF	10,0	10,0	8,5	9,9	9,9	9,8	8,8	8,8	9,5	8,8	8,5	18,0	7,4	7,1	15,1	7,6	7,4	11,6	7,0	6,9	11,5
Anos Iniciais	3,5	3,3	12,5	4,0	3,8	9,2	3,7	3,6	7,7	3,2	3,1	6,2	2,6	2,5	6,6	1,9	1,8	3,8	1,3	1,2	3,8
Anos Finais	10,0	10,0	8,5	9,9	9,9	9,8	8,8	8,8	9,5	8,8	8,5	18,0	7,4	7,1	15,1	7,6	7,4	11,6	7,0	6,9	11,5
1º Ano	0,8	0,8	0,0	0,7	0,7	0,0	0,5	0,4	3,3	0,4	0,4	0,0	0,4	0,4	0,0	0,2	0,2	0,0	0,1	0,1	0
2º Ano	1,6	1,4	8,3	1,1	1,0	3,4	1,1	1,1	0,0	0,8	0,8	0,0	0,7	0,6	3,0	0,5	0,5	0,0	0,6	0,4	8,8
3º Ano	6,9	6,4	21,6	5,1	5,0	10,9	4,1	3,9	10,3	4,0	3,8	11,8	2,2	2,1	5,6	1,3	1,2	3,3	1,2	1,1	3,1
4º Ano	4,2	4,0	11,5	6,8	6,7	11,8	5,5	5,3	12,5	4,6	4,5	7,7	4,4	4,2	11,1	2,4	2,3	6,3	1,5	1,6	0
5º Ano	4,5	4,0	21,9	5,7	5,3	19,4	6,6	6,5	10,3	5,6	5,5	9,3	4,9	4,6	11,1	4,7	4,6	9,1	3,1	3	6,7
6º Ano	9,3	9,4	6,3	6,2	5,9	17,2	7,4	7,2	13,9	9,0	9,0	10,7	6,1	6,2	2,5	7,6	7,5	9,5	5,6	5,5	9,4
7º Ano	9,2	9,3	3,4	10,8	11,1	3,1	8,1	8,0	12,1	8,1	7,5	28,1	9,2	8,9	20,7	7,0	7,0	7,5	7,8	7,7	12,5
8º Ano	13,9	14,0	10,0	9,3	9,4	3,4	10,2	10,4	6,3	7,7	7,4	17,5	7,1	6,7	18,2	8,8	8,7	14,3	6,5	6,3	13,2
9º Ano	9,3	9,2	13,5	15,6	15,5	18,2	9,6	9,7	4,0	10,5	10,3	15,2	7,3	6,8	21,6	7,0	6,7	17,9	8,3	8,2	10,7

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Destaca-se, na tabela a seguir, as diferenças, em pontos percentuais, entre os anos 2015 e 2021, nas taxas de distorção idade-ano/série escolar no Ensino Fundamental, por localização das escolas. Verifica-se expressiva queda na distorção nos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental em escolas rurais, bem como o crescimento dessa taxa nos 6º, 7º e 8º anos e o decréscimo em todos os anos nas escolas urbanas.

Tabela 18 – Evolução da taxa de distorção idade-ano/série escolar, no Ensino Fundamental (redes municipal e estadual), por ano escolar, em pontos percentuais, no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Diferença em p.p. entre os anos 2015 e 2021	
	Urbano	Rural
Total EF	-3,1	3,0
Anos Iniciais	-2,1	-8,7
Anos Finais	-3,1	3,0
1º Ano	-0,7	0,0
2º Ano	-1,0	0,5
3º Ano	-5,3	-18,5
4º Ano	-2,4	-11,5
5º Ano	-1,0	-15,2
6º Ano	-3,9	3,1
7º Ano	-1,6	9,1
8º Ano	-7,7	3,2
9º Ano	-1,0	-2,8

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Destaca-se, também, iniciativas realizadas no município para garantia do direito à educação para as crianças entre 6 e 14 anos, informadas pela SME:

- A Resolução 07/2014 (LEME, 2014) estabelece a organização dos anos iniciais do Ensino Fundamental em dois ciclos (Alfabetização - 1º a 3º anos; e Intermediário - 4º e 5º anos) possibilitando a redução das reprovações.
- Realização de reuniões com representantes da Rede Estadual de ensino, para adequar a transição do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental. Nessas reuniões a SME apresenta relatórios dos alunos (ensino regular e sala de recursos multifuncionais).
- Resolução 12/2018 estabelece a recuperação de aprendizagens na Rede Municipal, inserida no projeto pedagógico da escola e a Instrução Normativa 06/2019 (LEME, 2019a) detalha procedimentos e orientações para a organização das atividades de recuperação de aprendizagens.

Avaliação da Meta 2:

Resultado parcial: Em 2021, a taxa líquida de matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental (6 a 10 anos) foi de 93,2; e nos anos finais (11 a 14 anos) de 94,8, ambos abaixo da meta estabelecida no PME.

A conclusão desta etapa na idade recomendada pode estar próxima da Meta, sendo que as Taxas de Distorção idade-ano escolar, em 2021, foram: 1,3 no Ensino Fundamental I e 7,0 no Ensino Fundamental II.

Trata-se da etapa melhor equacionada da educação básica no Brasil, assim, o alcance da Meta 2 é bastante factível. No entanto, alguns destaques demandam cuidados:

- As taxas bruta e líquida de escolarização são mais elevadas nos anos iniciais do que nos anos finais do Ensino Fundamental.
- A taxa bruta de escolarização, que indica a capacidade de atendimento da demanda, apresentou-se em queda nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como a matrícula líquida, ao longo do período.
- Nos anos finais do Ensino Fundamental verifica-se o crescimento das taxas bruta e líquida de escolarização ao longo do período, mas destaca-se a queda da taxa líquida entre 2020 e 2021, possivelmente associada à pandemia da Covid 19.
- A matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental sofreu queda total, no período de vigência do PME, de 6,7%, sendo que a rede municipal apresentou redução de 9,6% no período. No atendimento aos anos finais houve aumento de 13%.
- A oferta de Ensino Fundamental nos anos iniciais nas áreas rurais se dá exclusivamente pela Rede Municipal e nos anos finais, exclusivamente pela Rede Estadual. Embora as redes não apresentem crescimento expressivo das matrículas em áreas urbanas, nas áreas rurais há redução nos dois segmentos do Ensino Fundamental.
- Além da universalização, a Meta 2 define que 95% dos estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade esperada. Essa definição depende, sobretudo, dos indicadores de sucesso ou fracasso escolar. As taxas de reprovação e abandono, que compõem o rendimento escolar na rede pública de Ensino Fundamental (Rede Municipal atende os anos iniciais e Rede Estadual, os anos finais do Ensino Fundamental), apresentam quedas no período analisado (2015-2021).
- A distorção idade-ano/série escolar é, também, um importante dado sobre as condições de oferta e de realização da Educação Básica. No Ensino Fundamental, em Leme, as taxas de distorção idade-ano/série escolar vêm caindo ano a ano no período entre 2015 e 2021.
- Verifica-se a queda de 2,2p.p. na taxa de distorção nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os anos de 2015 e 2021. Nos anos finais do Ensino Fundamental, essa queda foi de 3 p.p.. A identificação das taxas de distorção por ano de escolarização permite verificar que, entre os anos de 2015 e 2021 as maiores quedas ocorreram no 3º ano (-5,7 p.p.) e no 8º ano (7,4 p.p.), indicando boas possibilidades de alcance da Meta.
- Os dados de distorção idade-ano/série escolar indicam redução das taxas, mas é necessário atenção para a distribuição dessas taxas por localização das escolas. As taxas nas escolas em áreas rurais são bem mais elevadas.

Ainda, reforçando a constatação de que essa etapa da escolarização é a melhor equacionada, encontram-se iniciativas em andamento para todas as estratégias estabelecidas, ainda que a melhoria de sua redação, em alguns casos, permitiria explicitar mais claramente o desafio e evitar redundâncias.

Quadro 2 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 2

Meta 2 – Estratégias	Situação
2.1 - Assegurar, em regime de colaboração, com a União, o Estado e o Município a universalização do atendimento de toda demanda do Ensino Fundamental.	<p>Taxas Líquidas de matrícula, em 2021: 93,2 no Ensino Fundamental I e 94,8 no Ensino Fundamental II.</p> <p>Taxas Brutas de matrícula, em 2021: 97,9 no Ensino Fundamental I e 106,7 no Ensino Fundamental II</p> <p>O número de estabelecimentos com oferta de Ensino Fundamental variou muito pouco no período. Verifica-se a redução de um estabelecimento em cada uma das esferas administrativas de gestão que realizam o atendimento público no município.</p>
2.2 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.	As escolas municipais fazem um controle da frequência escolar de estudantes beneficiários de programas de transferência de renda, contabilizando a quantidade de ausências e registrando o código que justifica o motivo das faltas no Sistema Presença. O Programa tem o objetivo de monitorar a frequência escolar de estudantes e é acompanhado pelos gestores públicos, de forma intersetorial.
2.3 - Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde e através de órgãos que promovem a garantia de direitos da criança e do adolescente (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar).	O município realiza a busca ativa: as escolas municipais registram semanalmente a frequência dos estudantes em uma planilha que é encaminhada à SME que, por sua vez, elabora a compilação dos dados. A partir dos resultados, a SME mantém conversas com as equipes gestoras das escolas e, essas equipes e docentes realizam conversas com famílias, palestras e reuniões de mobilização pela permanência na escola. Participam das iniciativas de busca ativa, além da SME e escolas, o Conselho Tutelar, a Guarda Municipal, a Diretoria Regional de Ensino, a ACIL e o CODEL. Essas entidades realizam reuniões intersetoriais periódicas para o delineamento de ações conjuntas de busca ativa de estudantes.
2.4 - Garantir as condições de transporte escolar para os alunos da zona rural, a qualidade do transporte e a segurança dos alunos.	Há oferta de transporte escolar para alunos da zona rural, com registro na SED e homologação pela SME (para estudantes da Rede Municipal) e pela Diretoria de Ensino de Pirassununga

	<p>(para estudantes da Rede Estadual).</p> <p>O acompanhamento do transporte escolar é realizado pelas unidades de ensino e pela SME. As escolas enviam mensalmente um relatório sobre o transporte escolar, reportando: segurança, qualidade e ocorrências com alunos.</p>
<p>2.5 - Desenvolver, em regime de colaboração, currículos e programas para educação escolar voltados ao reconhecimento e respeito à diversidade e direitos humanos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes aos diferentes grupos sociais, garantindo a efetivação da justiça social, da igualdade e da equidade.</p>	<p>O município possui currículo próprio: as “Diretrizes Curriculares da Educação Básica Municipal de Leme” que contemplam os temas indicados na estratégia.</p> <p>Ainda, há reuniões periódicas de técnicos da SME com coordenadores das escolas para alinhamento e acompanhamento do trabalho. Também são realizadas visitas de acompanhamento às escolas, pelo setor pedagógico, onde se observa o trabalho com a diversidade e os direitos humanos e são realizadas intervenções, quando necessárias.</p>
<p>2.6 - Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.</p>	<p>São várias as iniciativas em andamento, promovidas pela Rede Municipal.</p>
<p>2.7 - Universalizar o acesso à rede mundial de computadores, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação e substituir, periodicamente, os equipamentos obsoletos ou danificados.</p>	<p>Todas as escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal possuem laboratórios de informática. Há telas interativas em todas as escolas municipais do Ensino Fundamental e em algumas da Educação Infantil. A maioria possui projetor e notebook (Rede Municipal).</p> <p>Todas as escolas da Rede Municipal estão conectadas por banda larga e participam do Programa Educação Conectada (Governo Federal), recebendo recursos via PDDE.</p>
<p>2.8 - Garantir as expectativas e direitos de aprendizagem de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência, os novos saberes e os tempos escolares.</p>	<p>O município possui currículo próprio: as “Diretrizes Curriculares da Educação Básica Municipal de Leme” que contemplam essas especificidades. Sua execução é acompanhada pelas equipes gestoras escolares (direção e coordenação) e equipe pedagógica da SME.</p>
<p>2.9 - Assegurar o atendimento na rede municipal de ensino, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento pedagógico, orientados pela Secretaria Municipal de Educação.</p>	<p>Há projeto específico: Projeto Recuperação de Aprendizagem que contempla diversas ações: i) adequação dos horários (com tempo de permanência de mais de 7h na escola); ii) oferta de almoço aos estudantes; iii) elaboração de materiais e sugestões de</p>

	<p>atividades pedagógicas pela SME e pelas escolas para a recuperação das aprendizagens; iv) formação dos profissionais para atuação nesse programa.</p> <p>Nas escolas municipais que oferecem a Complementação Educacional os alunos permanecem mais de 7 horas diárias com a oferta de Língua Portuguesa e Matemática, que são disciplinas obrigatórias. Também há oferta de diversas oficinas (capoeira, judô, iniciação musical, prática esportiva, artesanato popular, promoção à saúde, dança, robótica entre outras), nem sempre iguais para todas as escolas, sendo ministradas poricineiros. Há um professor articulador que coordena a realização desse trabalho em cada escola.</p>
<p>2.10 - Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.</p>	<p>Nos PPPs das escolas municipais há menção sobre como cada escola se articula para viabilizar maior participação das famílias na vida escolar dos estudantes.</p> <p>A participação das famílias também ocorre em eventos como Mostra Pedagógica, Dia da Família na Escola, Reunião de Pais, Campeonato de Robótica, Apresentações Culturais e Oficinas da Educação em Tempo Integral, Formatura do Proerd, Participação em Conselhos da Educação, Conselho de Escola, entre outros.</p> <p>As escolas municipais possuem WhatsApp Business para maior contato com as famílias. Os pais também participaram da construção das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.</p>
<p>2.11 - Solicitar e/ou demandar junto aos governos federal e estadual a construção de novas unidades escolares de ensino fundamental, conforme demandas educacionais.</p>	<p>Não houve solicitação da SME ao Governo Federal e/ou estadual para construção de novas unidades de Ensino Fundamental – anos iniciais, pelo fato de as escolas do município serem suficientes para o atendimento da demanda atual. No entanto, houve a solicitação de construção de novas escolas para atendimento dos anos finais do Ensino Fundamental, ao governo do estado.</p>
<p>2.12 - Solicitar e/ou demandar junto aos governos federal e estadual a reforma e/ou ampliação das unidades escolares de ensino fundamental, conforme demandas</p>	<p>Nos últimos anos foram realizadas reformas e ampliações: do complexo do CAIC que acolhe a EMEB Alzira Maria de Marchi e a EMEB Profa. Helaine Kock Gomes; da EMEB Profa. Zulmira</p>

educacionais.	Pedro Sawaya Donadelli; e da EMEB Aparecida Taufic Nassif Mansur Naif. Todas elas realizadas com recursos próprios do município.
2.13 - Estabelecer, em regime de colaboração, com a União, o Estado e o Município programas de apoio à aprendizagem e de recuperação paralela, para reduzir taxas de repetência e evasão.	<p>Projeto Recuperação de Aprendizagem (conforme descrito na estratégia 2.9).</p> <p>Em relação às taxas de transição, verifica-se, no período de vigência do PME e até o momento em que se encontram disponíveis, aumento da promoção nos anos iniciais do Ensino Fundamental e manutenção nos anos finais. Nas taxas de repetência, houve diminuição ao longo do período nos dois segmentos, mas as taxas de evasão cresceram, assim como a migração para a EJA (com exceção para os anos iniciais do Ensino Fundamental).</p>
2.14 - Proceder, o mapeamento, por meio de censo educacional e populacional das crianças fora da escola, visando localizar as demandas e universalizar a oferta de ensino obrigatório.	<p>O acompanhamento e mapeamento das crianças que estão fora da escola é feito por meio das inscrições realizadas na SED. Por intermédio desse sistema, identifica-se a demanda para o Ensino Fundamental. Os estudos por região são realizados pelo Setor de Planejamento e Demanda e são destinadas vagas a essas crianças. Os responsáveis pelos estudantes também procuram esse setor para obtenção de vagas e são realizados os encaminhamentos para as escolas da região. As instituições CREAS/CRAS também auxiliam na identificação de crianças que estão fora da escola. São realizadas chamadas públicas no período de matrículas.</p> <p>O atendimento é imediato e há vagas suficientes para o atendimento de toda a demanda de Ensino Fundamental nos anos iniciais.</p>

Meta 3 – Ensino Médio

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 3:

A oferta de Ensino Médio no município de Leme é realizada pela Rede Estadual, responsável, em 2021, por 88,4% das matrículas, e por escolas privadas.

As taxas bruta e líquida de escolarização são menos elevadas no Ensino Médio do que no Ensino Fundamental, assim como no restante do país. Para o cálculo de taxas líquida e bruta de escolarização foram utilizados os dados disponibilizados no *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais* (FDE, 2022), até o ano de 2021, uma vez que não estão disponíveis estimativas populacionais posteriores.

Destaca-se, na contabilização realizada pelo FDE, ausência de registros de matrícula e de projeção populacional para jovens acima de 24 anos, embora as matrículas para além dessa idade possam realmente não existir nessa etapa da escolarização obrigatória no município.

A taxa bruta de escolarização, que indica a capacidade de atendimento da demanda, vem se elevando e ao final do período chegou a mais de 95%. A taxa líquida também vem crescendo e, no mesmo ano, chegou a 81%, indicando as possibilidades de alcance da Meta, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 19 – Estimativas populacionais e matrículas, taxas bruta e líquida de escolarização no Ensino Médio no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	até 14 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	População estimada de 15 a 17 anos	Matrícula Total (15 a 17 anos)	Matrícula Total (de até 14 anos a 24 anos)	Taxa Bruta	Taxa Líquida
	Projeção da Pop.	Matrícula	Projeção da Pop.	Matrícula	Projeção da Pop.	Matrícula	Matrícula					
2015	19.571	160	4.581	3.301	3.208	198	15	4.581	3.301	3.674	80,2	72,1
2016	19.575	161	4.445	3.437	3.127	213	4	4.445	3.437	3.815	85,8	77,3
2017	19.572	34	4.310	2.980	3.048	205	10	4.310	2.980	3.229	74,9	69,1
2018	19.562	35	4.180	2.849	2.968	171	5	4.180	2.849	3.060	73,2	68,2
2019	19.542	34	4.050	2.835	2.890	161	8	4.050	2.835	3.038	75,0	70,0
2020	19.517	18	3.922	2.998	2.814	451	3	3.922	2.998	3.470	88,5	76,4
2021	19.499	24	3.921	3.176	2.775	530	5	3.921	3.176	3.735	95,3	81,0

Fontes: Elaboração própria com dados da FDE, 2022.

Notas: 1) Dados de projeção ajustados para 1º de julho. 2) A faixa etária é calculada considerando a idade do aluno na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica. 3) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. 4) Inclui matrículas de Ensino Regular e Educação Especial Exclusiva.

A matrícula no Ensino Médio apresentou 1,6% de crescimento no período 2015-2021. No entanto, esse crescimento foi assegurado pela matrícula em escolas privadas. Na Rede Estadual, no período, houve queda de 0,8%. Durante esse período, a maior elevação da matrícula na Rede Estadual ocorreu no ano de 2020. Nas escolas privadas as maiores elevações ocorreram em 2019 e 2021, como registrado na tabela a seguir.

Tabela 20 – Matrícula e variação da matrícula no Ensino Médio por dependência administrativa no município de Leme – SP (2015-2021)

Ano	Rede Estadual		Escolas Privadas		Total	
	Matrícula	Varição ano a ano	Matrícula	Varição ano a ano	Matrícula	Varição ano a ano
2015	3.326		350		3.676	
2016	3.531	6,2%	284	-18,9%	3.815	3,8%
2017	2.978	-15,7%	254	-10,6%	3.232	-15,3%
2018	2.834	-4,8%	226	-11,0%	3.060	-5,3%
2019	2.747	-3,1%	291	28,8%	3.038	-0,7%
2020	3.159	15,0%	311	6,9%	3.470	14,2%
2021	3.301	4,5%	435	39,9%	3.736	7,7%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Avaliação da Meta 3:

Resultado parcial: Em 2021, a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio (15 a 17 anos) foi de 81,0% ; e a taxa bruta de 95,3%, ambas abaixo da meta estabelecida no PME.

A oferta de Ensino Médio no município de Leme é realizada pela Rede Estadual. Verifica-se que não há articulação entre as Redes Municipal e Estadual.

As taxas bruta e líquida de escolarização vem se elevando durante o período de vigência do PME, indicando possibilidade de alcance da Meta.

Destaca-se que a população com idade escolar correspondente ao Ensino Médio participa das iniciativas existentes no município voltadas às crianças atendidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como a “busca ativa”, mas não acessa o serviço referente ao atendimento educacional especializado para pessoas com deficiências.

Quadro 3 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 3

Meta 3 – Estratégias	Situação
3.1 - Estimular a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	Sem informações.
3.2 - Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	Sem informações.
3.3 - Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional.	A Rede Estadual de Educação e escolas privadas realizam o atendimento à Educação Profissional e Tecnológica no município de Leme. Destaca-se a manutenção do estabelecimento estadual e a redução de estabelecimentos privados no período em destaque.
3.4 - Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino médio público.	Sem informações.
3.5 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.	Sem informações.
3.6 - Promover a busca ativa pelo poder público (localização e identificação) da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola em parceria com as áreas da Assistência Social e da Saúde.	Sem informações.
3.7 - Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, utilizando as redes de proteção	Sem informações sobre a existência de políticas de prevenção da evasão. Verifica-se que as taxas de evasão e a

<p>contra formas associadas de exclusão.</p>	<p>migração para a EJA cresceram no período entre 2015 e 2019.</p>
<p>3.8 - Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e rural, a partir de estudos de demanda, na faixa etária de quinze a dezessete anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.</p>	<p>Verifica-se expressivo aumento das matrículas no Ensino Médio e também na EJA do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, ofertados nas escolas localizadas em áreas rurais pela Rede Estadual.</p>
<p>3.9 - Fomentar programas de educação, de cultura e esportes para a população urbana e do campo de jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.</p>	<p>Sem informações.</p>
<p>3.10 - Fomentar a oferta pública, com qualidade, de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender toda a demanda de jovens e adultos.</p>	<p>Sem informações sobre ações de fomento à oferta do Ensino Médio de qualidade.</p> <p>Sobre a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio: cinco Escolas Estaduais estão localizadas no Centro ou próximas ao Centro e duas em áreas rurais; uma ETEC no Centro; e três escolas privadas também no Centro.</p>
<p>3.11 - Estimular no Ensino Médio, o desenvolvimento integrado, multi e interdisciplinar dos componentes curriculares, nas dimensões estruturantes propostas: trabalho, ciência, tecnologia, cultura e pesquisa como eixo articulador das áreas do conhecimento indicada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.</p>	<p>Sem informações.</p>

Meta 4 – Atendimento educacional especializado e inclusivo

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recurso multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 4:

A SME alterou, em 2013, a lei complementar nº 624 (LEME, 2011), criando a Coordenadoria do Centro de Atendimento e Prevenção Técnico Educacional (CAPTE). Essa coordenadoria é responsável pelo atendimento especializado para estudantes público-alvo da Educação Especial e atua por meio da disponibilização de equipes especializadas formadas por psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, psicopedagogo e equitadora de ecoterapia.

Nas unidades de escolarização regular as crianças contam com monitores e professores de apoio e dez escolas estão equipadas com salas de recursos multifuncionais.

Segundo o Art. 4º, inciso IV, da Resolução nº 08 de 2021 (LEME, 2021a), quando não há possibilidade de criação de sala de recursos multifuncionais, estudantes que são público-alvo da Educação Especial são atendidos por professor especializado. A referida resolução também detalha procedimentos de matrícula e determina a incorporação desse atendimento no projeto pedagógico da escola.

Há um Documento Orientador (LEME, 2022c e 2023b), enviado para todas as escolas e que discorre sobre as áreas de atuação, sendo a Educação Especial uma delas. O documento indica algumas orientações de procedimentos a serem adotados pelas escolas para o atendimento do aluno público-alvo da Educação Especial.

O atendimento em salas de recurso multifuncionais, nas escolas e no CAPTE ocorre para crianças matriculadas da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental. O CAPTE integra o prédio da SME, conta com uma equipe de profissionais especializados (psicopedagogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, assistentes sociais) para o atendimento de estudantes da Rede Municipal exclusivamente. A estrutura do CAPTE contempla salas de terapia e atendimentos diversos (atividades aquáticas com piscina aquecida, ecoterapia, fisioterapia, entre outros). O atendimento tanto pela Sala de Recursos quanto pelo CAPTE ocorre no contraturno escolar.

A partir do 6º ano do Ensino Fundamental, os estudantes passam a integrar a Rede Estadual de ensino e o atendimento especializado passa a ser realizado pela Secretaria Municipal da Saúde.

No ano de 2022 a SME realizou reuniões de transição com os gestores da Rede Estadual, por meio da Diretoria de Ensino de Pirassununga e disponibilizou relatórios sobre os estudantes público-alvo da Educação Especial, tendo como objetivo a sequência no atendimento na Rede Estadual.

Avaliação da Meta 4:

Resultado parcial: O atendimento está universalizado exclusivamente para crianças matriculadas nas escolas municipais de Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, não contemplando os demais anos e séries da Educação Básica, como preconizado na Meta.

Há um conjunto de iniciativas que asseguram o atendimento especializado às crianças que o demandam, por meio da apresentação de laudo médico à escola. No entanto, esse atendimento é exclusivo para as crianças matriculadas na Rede Municipal de ensino, não alcançando a totalidade da faixa etária definida na Meta. Sem ampliação do atendimento em articulação com a Rede Estadual, não há possibilidade de atingimento da Meta.

Quadro 4 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 4

Meta 4 – Estratégias	Situação
4.1 - Estabelecer, de forma efetiva, um sistema de informações sobre os alunos pertencentes ao público alvo da educação especial a serem atendidos pela rede de ensino público do município, em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social.	Atualmente há parcerias e são realizadas reuniões intersetoriais com CAPSi, CRPA, Conselho Tutelar, CMDCA e SOS Bebê. Nessas reuniões se discute sobre o atendimento dos vários setores, havendo circulação das informações específicas dos estudantes. Participam também as coordenadorias da Educação Especial, Educação Infantil e Ensino Fundamental da SME, diretoria do Departamento Pedagógico da SME, coordenação do CAPTE e representante da equipe gestora das Unidades Escolares, quando necessário.
4.2 - Assegurar que as unidades escolares informem junto ao GDAE/MEC, as matrículas dos alunos com deficiências, e os que recebem atendimento educacional especializado complementar e/ou suplementar nas classes regulares.	Essas informações de matrícula são registradas. Mediante a apresentação laudo médico pela família, na unidade escolar, a escola comunica a SME por meio de ofício e, após a autorização da Coordenadoria da Educação Especial, ocorre

	a matrícula na Secretaria Escolar Digital, com a informação sobre a deficiência do aluno.
4.3 - Assegurar, de acordo com as necessidades e possibilidades, as salas de recursos multifuncionais, bem como a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar.	As matrículas em salas de recursos multifuncionais são asseguradas a todos os alunos que apresentam laudos médicos. Os estudantes são atendidos no contraturno escolar em salas de recursos da própria escola ou em unidade escolar próxima à residência.
4.4 - Ofertar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar aos estudantes matriculados na rede municipal de ensino regular.	O Atendimento Educacional Especializado é ofertado para todos os estudantes da Rede Municipal que apresentem laudos médicos.
4.5 - Manter e aprofundar programa de acessibilidade, inclusive buscando apoio dos programas do governo federal, em todas as escolas municipais para adequação arquitetônica, transporte acessível, acessibilidade curricular, ao mobiliário acessível, disponibilização de material didático apropriado, recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	<p>Não há um programa municipal de acessibilidade, mas várias ações são realizadas. O município dispõe de vans com acessibilidade em número suficiente para o transporte de estudantes.</p> <p>Há dois docentes na Rede Municipal com formação para a educação bilíngue.</p> <p>Algumas escolas estão sendo reformadas e estão previstas adequações para acessibilidade.</p> <p>Com relação à acessibilidade curricular, docentes da sala regular elaboram, com apoio do professor da sala de recurso, um Plano Educacional destinado aos estudantes da Educação Especial, havendo adaptações curriculares e em atividades quando necessárias.</p> <p>A SME também tem realizado encontros com docentes das salas regulares e docentes especialistas das salas de recursos para integração dos profissionais, visto que nem todas as escolas contam com salas de recursos e essa proximidade facilita o trabalho.</p> <p>Os mobiliários adaptados e materiais didáticos apropriados são solicitados e adquiridos pela SME e/ou adquiridos com recursos próprios das escolas (PDDE, APM), mas a maior parte dos materiais é elaborada por docentes do AEE, construídos e adaptados às necessidades específicas dos estudantes.</p>

<p>4.6 - Fortalecer a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, ofertado prioritariamente em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, em Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), ou ainda em instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitária confessional ou filantrópica sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação.</p>	<p>Os atendimentos dos alunos da Rede Municipal de ensino ocorrem via CAPTE, Secretaria da Saúde e por planos privados de saúde.</p> <p>A SME possui um convênio com a APAE de Leme para encaminhamento quando o atendimento municipal não é adequado à especificidade do estudante. Para frequentar a APAE são realizadas avaliações pela equipe escolar, pelo CAPTE e pela APAE.</p> <p>Nas salas de recurso multifuncional cada estudante possui dois atendimentos por semana (2h/aula), no contraturno. Os docentes do AEE trabalham em articulação com os docentes das salas regulares, tecendo orientações, adaptações curriculares, realizando encaminhamentos, etc. Essa articulação ocorre na própria unidade escolar e também na SME por meio das HTPCS e encontros entre esses profissionais.</p>
<p>4.7 - Acompanhar e monitorar o acesso em todas as escolas municipais por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada (BPC) de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.</p>	<p>A SME não faz acompanhamento e monitoramento do BPC. Por meio do CAPTE as assistentes sociais realizam orientações às famílias de como proceder para obter esse benefício.</p>
<p>4.8 - Assegurar o atendimento educacional às necessidades educacionais especiais dos alunos público alvo da educação especial, no Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares, definindo as ações e os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores, gestores e demais profissionais da educação em exercício.</p>	<p>Todas as escolas possuem PPP que contempla o trabalho do AEE em articulação com a sala regular, as ações e recursos disponíveis (materiais e financeiros) e as formações continuadas para os profissionais da educação em exercício nas unidades educacionais.</p> <p>No PPP são apresentadas as formas de avaliação de estudantes com deficiência, conforme Documento Orientador: a avaliação é realizada pelo professor da sala regular por meio de provas adaptadas e expressa por meio de Relatório Bimestral, contendo itens sobre evolução de linguagem, socialização, comportamento e independência. Para a definição de nota, considera-se a relação das atividades propostas, dentro das expectativas de aprendizagem de cada estudante.</p> <p>A formação em serviço ocorre nas escolas, por meio das HTPCs, HTPIs e na SME ofertada pela</p>

	equipe pedagógica e CAPTE e com especialistas.
4.9 - Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de ensino, em parceria com a área da saúde, de forma a detectar problemas e oferecer atendimento adequado às crianças que apresentem tais necessidades.	Os testes de acuidade visual vêm sendo realizados no início do ano letivo, por monitores das escolas treinados pela Secretaria da Saúde, que realizam os testes e registram os resultados em planilha própria. Com os resultados obtidos, firma-se parceria com a referida Secretaria que contrata oftalmologistas para atendimento e acompanhamento dos alunos da Rede Municipal. Essas iniciativas ocorrem no âmbito do Projeto Acuidade Visual na Escola. Testes auditivos não são realizados pela SME, mas recomendados aos estudantes.
4.10 - Implementar o setor responsável pela educação especial, que possa atuar em parceria com os setores de saúde, assistência social e com as organizações da sociedade civil, além do sistema estadual de ensino.	No âmbito da SME, há o setor responsável que é a Coordenadoria da Educação Especial e, vinculado à essa coordenadoria, há o serviço do CAPTE.
4.11 - Articular ações em parceria com as universidades para realização de estudos e pesquisas sobre as áreas relacionadas a necessidades educacionais especiais para promover a inclusão e favorecer o processo de aprendizagem dos alunos pertencentes ao público alvo da educação especial.	Não há parcerias com universidades.
4.12 - Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	Há oferta de vagas em sala de recursos multifuncionais, para os alunos matriculados na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com demandas da Educação Especial. A Coordenadoria da Educação Especial da SME realiza visitas às unidades escolares para acompanhar o trabalho e também tece orientações e realiza intervenções junto aos coordenadores pedagógicos das escolas para que estes trabalhem com os professores.
4.13 - Estimular a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos,	No ano de 2022 não havia alunos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos considerados público-alvo da Educação Especial.

das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	
--	--

Meta 5 – Alfabetização das crianças

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 5:

A principal forma de acompanhamento do alcance da Meta se dá a partir dos resultados da Avaliação Municipal do Ensino de Leme (AMEL), criada pela Resolução 03/2016.

No Ensino Fundamental a AMEL ocorre do 1º ao 5º ano, em três momentos: avaliação inicial/diagnóstica (março), formativa (junho) e final (novembro), com questões das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. As dificuldades dos alunos são mapeadas e registradas em planilhas e gráficos e as equipes gestoras são convocadas para tomarem ciência dos resultados e juntas (SME e unidades escolares) organizam ações/intervenções que possam contribuir para melhoria da aprendizagem e obtenção de melhores resultados. A SME também realiza formações específicas de professores, de acordo com as dificuldades de aprendizagem detectadas.

As escolas também propõem avaliações bimestrais para acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e, com base nos resultados, ocorre o redimensionamento de ações. As médias dos estudantes são compostas pelos resultados da AMEL, das provas bimestrais e da PAE (Participação das Atividades Escolares- registros do percurso do estudante ao longo do ano, entrega de atividades e trabalhos, participação das aulas etc.). Além disso, as escolas fazem o acompanhamento do processo de aquisição da leitura e da escrita e registram em mapas de classe.

As unidades escolares e a SME também realizam um acompanhamento das produções escritas dos alunos. A SME avalia os níveis de escrita de cada ano e de cada escola, analisando os itens de coesão, coerência, reflexão da língua, ortografia, desenvolvimento da fluência leitora, entre outros. Há uma planilha para a realização desse acompanhamento.

Estudantes com dificuldades são inseridos no Projeto de Recuperação de Aprendizagem e Acompanhamento Pedagógico nas escolas de tempo integral (Língua Portuguesa e Matemática), ofertado no contraturno escolar (já detalhado quando apresentada a Meta 2 do PME). A SME também elabora e disponibiliza sequências didáticas de atividades para a aplicação junto aos

estudantes. Os Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares acompanham sistematicamente o processo de alfabetização e realizam orientações/intervenções junto aos docentes.

Orientações sobre o Projeto de Recuperação de Aprendizagem estão disponíveis no Documento Orientador (LEME, 2022 e 2023). Há também o Programa Tempo de Aprender (oferecido pelo Governo Federal), do qual participam os professores alfabetizadores do Pré 2, do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental. O referido Programa disponibiliza formação continuada aos professores no formato on-line e não há obrigatoriedade de participação. A partir da adesão ao Programa, cada unidade escolar recebe recursos financeiros, via PDDE, que podem ser utilizados para a alimentação e o transporte de voluntários para as classes de alfabetização ou para aquisição de materiais didáticos.

O curso é digital, e reúne sugestões de atividades práticas a serem realizadas com os alunos, sendo estas depois postadas na Plataforma CAEd. Os professores avaliam os estudantes e também postam os dados na referida plataforma. Segundo as equipes da SME, o material disponível e as atividades realizadas corroboram para a efetivação do processo de alfabetização.

Apresentam-se a seguir os resultados da avaliação de saída de 2023, relativas à Meta de alfabetização:

Verifica-se que, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, 73% das crianças se encontram alfabetizadas, conforme os dados da tabela a seguir.

Tabela 21 – Avaliação Municipal do Ensino de Leme - Níveis de Escrita, 2023.

Níveis de Escrita										
	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
Pré-silábico	79	7,1	72	6,5	54	5,0	47	4,3	18	1,5
Silábico 1	85	7,7	61	5,5	50	4,6	27	2,5	8	0,7
Silábico 2	161	14,6	108	9,7	88	8,1	39	3,6	14	1,2
Silábico Alf	183	16,5	121	10,9	100	9,3	76	6,9	44	3,8
Alfabetico	598	54,1	751	67,5	788	73,0	905	82,7	1.082	92,8
	1.106	100,0	1.113	100,0	1.080	100,0	1.094	100,0	1.166	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Leme, 2023.

Em relação à produção textual, 57,1% das crianças se encontram nas classificações “muito bom” e “bom”, conforme registrado a seguir.

Tabela 22 – Avaliação Municipal do Ensino de Leme - Produção Textual, 2023.

Produção Textual										
	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
Muito Bom	268	24,2	319	28,7	281	26,0	261	23,9	443	38,0
Bom	308	27,8	307	27,6	336	31,1	396	36,2	407	34,9
Regular	261	23,6	280	25,2	263	24,4	281	25,7	208	17,8
Insuficiente	269	24,3	207	18,6	200	18,5	156	14,3	108	9,3
	1.106	100,0	1.113	100,0	1.080	100,0	1.094	100,0	1.166	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Leme, 2023.

Dentre as 1.080 crianças no 3º ano do Ensino Fundamental, 43,8% foram consideradas fluentes em leitura na avaliação realizada, como registrado a seguir.

Tabela 23 – Avaliação Municipal do Ensino de Leme - Níveis de Leitura, 2023.

Níveis de Leitura										
	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
Pré-Leitor	258	23,3	177	15,9	143	13,2	81	7,4	44	3,8
Iniciante	245	22,2	185	16,6	170	15,7	114	10,4	60	5,1
Em processo	368	33,3	322	28,9	294	27,2	292	26,7	211	18,1
Fluente	235	21,2	429	38,5	473	43,8	607	55,5	851	73,0
	1.106	100,0	1.113	100,0	1.080	100,0	1.094	100,0	1.166	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Leme, 2023.

Avaliação da Meta 5:

Resultado parcial: Ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, 73% das crianças se encontram alfabetizadas.

Outras informações estão disponíveis a partir dos resultados da AMEL: 57,1% das crianças se encontram nas classificações “muito bom” e “bom” em relação à produção textual; e 43,8% foram consideradas fluentes em leitura, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, no ano de 2022.

Verifica-se que há iniciativas em andamento para quase todas as Estratégias previstas.

Quadro 5 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 5

Meta 5 – Estratégias	Situação
5.1 - Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.	Busca-se integrar a Educação Infantil com o Ensino Fundamental por meio da realização de reuniões conjuntas de orientações e de formações, nas quais participam equipes gestoras das escolas e docentes.
5.2 - Garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental de 9 (nove) anos considerando a organização de ciclo de alfabetização com duração de 3 (três) anos.	Esta Estratégia repete os termos da Meta e seus resultados estão informados no item “Avaliação da Meta”, neste relatório. Os anos iniciais do Ensino Fundamental estão organizados em dois ciclos:

	Alfabetização (1º ao 3º ano) e Intermediário (4º e 5º ano), conforme a resolução 07/2014.
5.3 - Instituir instrumentos de avaliação nacional, estadual e municipal, periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como garantir que as escolas utilizem seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.	<p>Há a Avaliação Municipal do Ensino de Leme, criada pela Resolução 03/2016 e demais iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) avaliações bimestrais; ii) registros elaborados pelas escolas no âmbito do PAE (registros do percurso do estudante ao longo do ano, entrega de atividades e trabalhos; e participação das aulas). <p>Essas avaliações compõem a média do estudante.</p>
5.4 - Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados.	<p>As escolas contam com recursos tecnológicos que podem contribuir para a alfabetização das crianças.</p> <p>As escolas também participam do Programa Educação Conectada, disponibilizado pelo Governo Federal e recebem recursos via PDDE, para aplicação em capital e custeio.</p>
5.5 - Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	As escolas possuem recursos tecnológicos que visam contribuir para a efetivação do processo de alfabetização.
5.6 - Realizar articulações com as outras redes de ensino visando estabelecer parcerias que permitam a extensão das estratégias acima descritas.	Não há articulação com outras redes para extensão das estratégias descritas nesta meta.

Meta 6 – Educação em tempo integral

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 6:

Segundo informações contidas no *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais, para o Município de Leme* (FDE, 2022), o atendimento em tempo integral nas escolas de Educação Básica em Leme é maior nas creches, superando os 70% e reduzido na pré-escola, perfazendo menos de 10% do total de matrículas. A tabela a seguir registra os dados.

Tabela 24 – Matrículas na Educação Básica, segundo o tipo de jornada, no município de Leme, 2021.

	Total	Tempo Parcial	Tempo Integral	% de Tempo Integral
Creche	2.505	677	1.828	73,0
Pré-Escola	2.390	2.204	186	7,8
EF anos iniciais	6.477	5.179	1.298	20,0
EF anos finais	5.519	4.399	1.120	20,3
EM	3.736	2.347	1.389	37,2

Fonte: *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais, para o Município de Leme* (FDE, 2022), p. 31.

A mesma informação por dependência administrativa indica que o atendimento de período integral nas escolas privadas é proporcionalmente mais elevado do que nas escolas da Rede Municipal, embora esta tenha maior abrangência no atendimento das crianças do município.

Destaca-se que existem escolas que ofertam Complementação Educacional nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesses casos os alunos possuem duas matrículas, uma no ensino regular e outra na Atividade Complementar. Essas crianças permanecem mais de 7h diárias na escola, cumprindo o critério de escolarização em tempo integral. São 895 estudantes do Ensino Fundamental matriculados nessa atividade. No entanto, a Atividade Complementar não é contabilizada no Censo Escolar como matrícula em período integral. A tabela a seguir registra os dados de 2021, disponibilizados pela FDE.

Tabela 25 – Matrículas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por dependência administrativa, segundo o tipo de jornada, no município de Leme, 2021.

Etapa ou segmento da Educação Básica	Total		Parcial		Integral			
	Municipal	Privada	Municipal	Privada	Municipal		Privada	
	N	N	N	N	N	%	N	%
Creche	2.401	104	663	14	1.738	72,4	90	86,5
Pré-Escola	2.255	135	2.134	70	121	5,4	65	48,1
Ensino Fundamental anos iniciais	5.691	786	4.728	451	963	16,9	335	42,6

Fonte: *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais, para o Município de Leme (FDE, 2022)*, p. 31.

Nos anos finais do Ensino Fundamental o percentual de atendimento da Rede Estadual é ligeiramente menor do que das escolas privadas, mas no atendimento ao Ensino Médio, as escolas da Rede Estadual alcançam pouco mais de 40% das matrículas em tempo integral, como registrado a seguir.

Tabela 26 – Matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, por dependência administrativa, segundo o tipo de jornada, no município de Leme, 2021.

Etapa ou segmento da Educação Básica	Total		Parcial		Integral			
	Estadual	Privada	Estadual	Privada	Estadual		Privada	
	N	N	N	N	N	%	N	%
Ensino Fundamental anos finais	4.661	858	3.741	658	920	19,7	200	23,3
Ensino Médio	3.301	435	1.976	371	1.325	40,1	64	14,7

Fonte: *Caderno de Dados: informações e indicadores educacionais, para o Município de Leme (FDE, 2022)*, p. 31.

Sobre a oferta na Rede Municipal, as equipes da SME informam:

- i) 16 unidades escolares da Educação Infantil – Creche atendem em tempo parcial e 29 atendem em tempo integral;
- ii) 21 unidades escolares da Pré-Escola atendem em tempo parcial e 2 escolas atendem em tempo integral;
- iii) 2 escolas de Ensino Fundamental atendem em tempo integral;
- iv) 9 unidades escolares oferecem Atividades Complementares.
- v) há meta de ampliação da jornada escolar na Escola Zulmira Pedro Sawaya que se tornará de tempo integral em 2024.

Avaliação da Meta 6:

Resultado parcial: Matrículas em tempo integral, em 2021: 73% das crianças matriculadas em Creche; 7,8% das matrículas na Pré-Escola; 20% das matrículas no Ensino Fundamental I; 20,3% das matrículas no Ensino Fundamental II; e 37,2% das matrículas no Ensino Médio.

As matrículas em tempo integral em estabelecimento Creche e no Ensino Médio ultrapassaram a meta estabelecida. No Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) estão próximas do previsto. No entanto, as matrículas na Pré-escola estão bastante distantes do que preconiza a meta.

Há iniciativas em andamento para quase todas as Estratégias previstas. Destaca-se que a articulação com a Rede Estadual será necessária para o atingimento da meta nos anos finais do Ensino Fundamental.

Quadro 6 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 6

Meta 6 – Estratégias	Situação
6.1 - Ampliar progressivamente a jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública municipal em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, contemplando prioritariamente, as crianças em situação de vulnerabilidade social.	O Programa Educação em Tempo Integral (Educamais) ampliou a jornada escolar dos estudantes para mais de 7h diárias, com a oferta de atividades variadas: Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa; Acompanhamento Pedagógico de Matemática; Artes Visuais (artesanato, fotografia, desenho, pintura); Iniciação musical (flauta doce, escaleta, violão, violino, canto e coral); Esportes: capoeira, dança, práticas esportivas; Robótica; Atividades rítmicas; Promoção à saúde: higiene corporal e higiene bucal. Todas essas atividades estão disponíveis para estudantes da Rede Municipal.
6.2 - Implementar, em regime de colaboração, programa de construção, ampliação e reestruturação das escolas municipais por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas ou salas de leitura, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	As escolas que ofertam educação em tempo integral (Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) não possuem laboratórios de ciências. A maioria conta com quadra coberta, sala de leitura, cozinha, refeitório. Há material disponível e equipamentos de qualidade e em número suficiente. Há formações específicas para os profissionais que atuam na educação em tempo integral (em âmbito escolar e SME).
6.3 - Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos	Não há essa articulação.

<p>públicos como centros comunitários, bibliotecas, salas de leitura, praças, parques, museus, teatros e cinema, visando à ampliação da jornada escolar.</p>	
<p>6.4 - Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.</p>	<p>O município tem convênio com a Casa da Criança “Cecília de Souza Queiroz”. O aluno frequenta a escola municipal regular em turno parcial (do Maternal 1 ao Pré 2) e, no contraturno, a Casa da Criança oferece Atividade Complementar. Ambas estão localizadas na mesma área. As crianças que frequentam a referida Casa da Criança são registradas com matrícula em Atividade Complementar, na SED.</p>
<p>6.5 - Orientar, na forma do art. 13, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede municipal de educação.</p>	<p>Não foram localizadas informações sobre essa oferta ou de sua ampliação.</p>
<p>6.6 - Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar ou suplementar ofertado em salas de recurso multifuncionais da própria escola ou instituições especializadas.</p>	<p>Informações contidas na descrição da Meta 4 e suas Estratégias.</p> <p>Não foram localizadas informações sobre o atendimento realizado pela Rede Estadual.</p>

Meta 7 – Qualidade da Educação Básica

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 7:

As médias projetadas no período de vigência do PME-Leme, foram alcançadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental nos anos de 2015, 2017 e 2019; nos anos finais do Ensino Fundamental as médias não foram alcançadas em nenhum dos anos; e no Ensino Médio vem sendo alcançadas, como registrado na tabela a seguir.

Tabela 27 – IDEB projetado e alcançado, por segmento e etapa da Educação Básica no município de Leme, 2015/2021.

	2015		2017		2019		2021	
	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado	Projetado	Alcançado
Ensino Fundamental - anos iniciais	6,1	6,7	6,4	7,0	6,6	6,9	6,8	6,5
Ensino Fundamental - anos finais	5,5	5,0	5,8	5,3	6,0	5,5	6,2	5,6
Ensino Médio	-	-	-	4,2	4,4	4,6	4,6	4,7

Fonte: INEP. IDEB.

Avaliação da Meta 7:

Resultado parcial: O IDEB projetado para 2021 foi alcançado apenas no Ensino Médio.

Os resultados no Ensino Fundamental I: projetado 6,8 e alcançado 6,5; e no Ensino Fundamental II: projetado 6,2 e alcançado 5,6; no Ensino Médio - projetado 4,6; alcançado 4,7.

No conjunto das informações coletadas é possível inferir que a Meta poderá ser alcançada e algumas estratégias ainda poderão ser acionadas, como a Estratégia 7.3, que prevê a realização de processos contínuos de autoavaliação das escolas ou a Estratégia 7.20 que prevê o apoio e o incentivo à criação de organizações estudantis nas escolas.

Destaca-se que a quantidade de estratégias definidas produz redundância de informações em relação as demais metas e estratégias do PME.

Quadro 7 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 7

Meta 7 – Estratégias	Situação
7.1 - Elaborar periodicamente o plano de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico	A SME elabora o PAR, realiza o acompanhamento das informações e atende às solicitações do MEC/FNDE (envio de relatórios, documentos, planilhas,

<p>e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.</p>	<p>normatizações). A SME possui uma técnica responsável para realizar o acompanhamento do Plano de Ações Articuladas.</p>
<p>7.2 - Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica, assegurando a contextualização desses resultados, com relação à indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.</p>	<p>Os resultados das avaliações externas são divulgados pelo MEC/INEP e cada escola têm acesso aos mesmos. Após análise realizada pela equipe da SME, os gestores escolares são convocados a realizar a análise dos dados, buscando propor melhorias nos resultados.</p>
<p>7.3 - Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.</p>	<p>Não há instrumentos ou procedimentos de autoavaliação institucional criados ou adotados na Rede Municipal.</p> <p>Não há informações sobre a Rede Estadual.</p>
<p>7.4 - Garantir transporte gratuito, adequado e de qualidade, para todos os estudantes da educação rural na faixa etária da educação escolar obrigatória.</p>	<p>A SME atende alunos de áreas rurais com transporte escolar. O detalhamento dessa iniciativa se encontra nas Estratégias 2.4 e 4.5, das Metas 2 e 4 respectivamente.</p>
<p>7.5 - Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados.</p>	<p>Informações constantes da Estratégia 5.4, da Meta 5.</p> <p>Ademais, as escolas municipais foram contempladas com o Programa do Governo Federal denominado Educação Conectada, por meio do qual recebem recursos financeiros via PDDE Qualidade, para aplicação nas categorias custeio e capital, visando a melhoria da conectividade e aquisição de bens permanentes (computadores, notebooks, impressoras, etc.).</p> <p>É ofertada oficina de Robótica na Escola de Tempo Integral e Complementação Educacional.</p>

	Há ainda o Projeto Campeonato Internacional de Robótica e o Projeto Viajando com a Robótica.
7.6 - Utilizar tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, através dos programas do MEC/FNDE.	<p>As escolas municipais participam do Programa Educação Conectada, oferecido pelo MEC/FNDE.</p> <p>São utilizadas tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas.</p> <p>Foi implantado o Programa Fluência Leitora, no 2º semestre de 2022, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A Rede Municipal também utiliza a plataforma MEC/CAEd para realização de avaliações diagnósticas, formativas e em processo, com a finalidade de reflexão sobre os dados e resultados de desempenho dos estudantes.</p>
7.7 - Fortalecer a autonomia das escolas municipais, apoiando técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva.	Não há programa municipal de transferência direta de recursos financeiros às escolas. Há programas do Governo Federal que contribuem para que as escolas tenham alguma autonomia: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico) e Programa Família na Escola. O Conselho de Escola e a APM participam do planejamento acerca da aplicação de recursos.
7.8 - Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	<p>O município:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) garante a oferta de material escolar e uniforme para todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino; ii) disponibiliza transporte escolar aos alunos; iii) realiza o Projeto Acuidade Visual na Escola; iv) realiza o Projeto Educação para Além da Sala de Aula: Obesidade e Desnutrição.
7.9 - Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas municipais, através de programas federais de apoio técnico e financeiro.	O município conta com o PDDE Básico e o PDDE Qualidade (que envolve o Programa Educação Conectada e o Programa Educação e Família).
7.10 - Informatizar a gestão das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, bem como	As escolas municipais participam do Programa Educação Conectada (Governo

<p>manter programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação.</p>	<p>Federal) e todas elas estão informatizadas, com equipamentos de qualidade. Há formação para o articulador (que é o técnico em informática da SME) via AVAMEC e também há propostas metodológicas para a equipe da SME, com apoio técnico da UNESCO.</p>
<p>7.11 - Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover construção da cultura da paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.</p>	<p>As ações desenvolvidas junto aos alunos são: PROERD. Há, no Documento Orientador (2022, p. 15), menção ao Projeto Cultura da Paz, embora sem detalhamento.</p> <p>A SADS realiza orientações e formações acerca da violência doméstica e sexual e convida representantes da SME e das escolas para participarem.</p> <p>Há parceria com a SADS, Secretaria da Saúde, Conselho Tutelar, Guarda Municipal, entre outros, para o desencadeamento de ações intersetoriais visando a diminuição dos casos de violência.</p> <p>Existem registros elaborados pelas escolas em caso de suspeita de violência doméstica e abuso sexual, com encaminhamento ao Conselho Tutelar.</p>
<p>7.12 - Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de rua, e daqueles que cumprem as medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e em regime de liberdade assistida e a medida de proteção do acolhimento institucional, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>	<p>Desenvolvem-se dois projetos:</p> <p>i) Projeto Pequeno Cidadão que prevê a expedição e entrega de documentos (RG), em parceria entre a SME, a Delegacia de Polícia de Leme e a Secretaria Municipal do Emprego e Relações do trabalho; e</p> <p>ii) Programa Busca Ativa- com o objetivo de garantir acesso e frequência de estudantes à escola.</p>
<p>7.13 - Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.</p>	<p>Iniciativas:</p> <p>Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Município de Leme, que contemplam os temas;</p> <p>Programa Respeito e Convivência: Culturas que se entrelaçam (Africana, Indígena, Afro-Brasileira) desenvolvido nas escolas municipais;</p> <p>Realização, pela Secretaria de Cultura, de algumas ações/espetáculos acerca da</p>

	<p>cultura afro-brasileira e indígena e envolve a SME e as escolas;</p> <p>Formação de professores e adoção de material complementar sobre os temas.</p>
<p>7.14 - Implementar um planejamento arquitetônico e administrativo para as escolas, de modo a garantir unidades funcionais, assegurando: acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.</p>	<p>Em média, cada escola possui: 20 computadores; aproximadamente 35 tablets; televisão smart em todas as salas de aula, inclusive na zona rural; telas interativas em todas as escolas do Ensino Fundamental e em algumas da Educação Infantil; projetor e Notebook (na maioria das unidades escolares).</p> <p>As novas escolas e as que vêm sendo reformadas possuem acessibilidade para a pessoa com deficiência.</p> <p>Há salas de leitura em todas as escolas e espaços para prática de esporte (quadra coberta na maioria das unidades). Há forte investimento em equipamentos, materiais variados (esportivos, de arte, livros, escolares, jogos, brinquedos etc.).</p> <p>Não há laboratórios de ciências, mas as unidades escolares possuem materiais de apoio às aulas (torso, esqueleto, microscópio e planetário, entre outros).</p> <p>No PAR do Município a SME contempla ações de construção de quadras, vestiários, aquisição de equipamentos e materiais diversos, como registrado na Estratégia 7.1.</p>
<p>7.15 - Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, valorizando a gestão democrática e compartilhada.</p>	<p>Nos PPPs das escolas estão propostas ações para viabilizar maior participação das famílias na vida escolar dos estudantes. De acordo com a SME, a participação das famílias também ocorre em eventos como: Mostra Pedagógica; Dia da Família na Escola; Reunião de pais; Campeonato de Robótica; Apresentações culturais e Oficinas da Educação em Tempo Integral; Formatura do PROERD; Conselhos da Educação, Conselho de Escola, APM, entre outros.</p> <p>Em âmbito escolar o controle social é realizado por meio do Conselho de Escola e da APM no acompanhamento da efetivação do PPP e PDDE Interativo.</p>

<p>7.16 - Promover a articulação dos programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.</p>	<p>Atualmente há parcerias e são realizadas reuniões intersetoriais com: CAPSi; CRPA; Conselho Tutelar; CMDCA; SOS Bebê.</p> <p>Também, para busca ativa dos alunos, com o objetivo de garantir maior acesso e frequência dos mesmos à escola são realizadas reuniões entre SME, Assistência Social, o Conselho Tutelar, a Guarda Municipal, a Diretoria Regional de Ensino, a ACIL, o CODEL para o delineamento de ações conjuntas.</p>
<p>7.17 - Garantir, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde, da educação e da assistência social, o atendimento aos estudantes da rede municipal por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde e assistência social, respeitadas as atribuições de cada área.</p>	<p>Informações registradas nas Estratégias 2.3, 4.1, 4.6, 4.9, 4.10, 7.8, 7.11 e 7.16, das Metas 2, 4 e 7.</p>
<p>7.18 - Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.</p>	<p>A SME, declara intenção de efetivar ações de planejamento em 2023, para promoção do bem estar dos profissionais da educação.</p>
<p>7.19 - Orientar as políticas da rede de ensino de educação, de forma a atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem.</p>	<p>Várias são as ações da SME junto às escolas, para a melhoria dos resultados das avaliações externas traduzidos pelo IDEB.</p> <p>A SME aponta que, por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre SME e UNESCO, está sendo contratado um consultor especializado para apoiar a SME a desenvolver metodologias e estratégias para identificar melhoria da aprendizagem dos alunos, com base no IDEB, recomendando e propondo políticas e programas para melhoria da qualidade da educação da Rede Municipal de Ensino de Leme.</p>
<p>7.20 - Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.</p>	<p>Não há. As escolas municipais não possuem organizações estudantis.</p>
<p>7.21 - Promover a participação da comunidade na gestão das escolas da rede municipal e o efetivo funcionamento dos conselhos escolares.</p>	<p>As ações de fortalecimento do Conselho Escolar e APM (que também contam com a participação da equipe escolar e comunidade) são realizadas pelas escolas. Em âmbito escolar, a participação na gestão</p>

	<p>ocorre por meio dos Conselhos de Escola, APM e Conselhos de Classe. Em âmbito de sistema a participação ocorre por meio do CACS FUNDEB, CAE, CME, Fórum Municipal de Educação, Comitê da Primeira Infância.</p>
<p>7.22 - Reorientar as propostas político-pedagógicas e administrativas, de modo a atender as necessidades e especificidades educacionais dos alunos, com a efetiva participação da comunidade escolar.</p>	<p>A SME tece orientações aos gestores escolares. Para 2023 a SME está organizando formação para subsidiar as escolas na construção coletiva do PPP. A supervisora de ensino também está elaborando uma Instrução Normativa acerca da elaboração do PPP.</p>
<p>7.23 - Garantir a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do regimento escolar das instituições de ensino da rede municipal, com observância dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental.</p>	<p>Conforme registrado na descrição da Estratégia 7.22, a proposta da SME é desencadear um processo de construção do PPP a partir de 2023, que envolva os profissionais das escolas e comunidades escolares. Com relação aos Regimentos Escolares, há um Regimento Padrão da SME/ 2000 (Decreto. 4408/2000), mas está ultrapassado, não refletindo a realidade atual da rede. A ideia é ter um Regimento específico para Creche, um para a Pré-Escola e um para o Ensino Fundamental.</p>
<p>7.24 - Assegurar um programa de formação continuada aos profissionais da educação, com recursos próprios ou através de assistência técnico e/ou financeira dos programas do MEC/FNDE.</p>	<p>A SME promove várias formações ao longo do ano letivo, com recursos próprios.</p>
<p>7.25 - Fomentar a formação em nível superior para os professores da educação básica que ainda não tenham a formação.</p>	<p>Há parceria com a Univesp - Formação de professores da Educação Básica. Também há incentivo para formação em nível superior com ascensão na Carreira (Plano de Carreira do Magistério), conforme estabelecido na Lei Complementar nº 806/2019.</p>
<p>7.26 - Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.</p>	<p>Há um cronograma de capacitação quinzenal para profissionais que atuam nas salas de leitura das escolas.</p> <p>Também, há formações para docentes em HTPC e em formação de coordenadores para atuarem como multiplicadores nas Unidades, com ênfase no processo de formação de leitores proficientes.</p>

Meta 8 – Elevação da escolaridade média

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove anos) de modo a alcançar mínimo de 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Status: Meta não avaliada.

Diagnóstico da Meta 8:

A SME possui alguns dados referentes à escolarização de estudantes na faixa etária adulta, que foram levantados pela Secretaria de Ação Social por meio do Cadastro Único. Trata-se, no entanto, de uma pesquisa informal. Essa pesquisa não atende aos dados demandados para diagnóstico da situação da Meta.

A verificação do alcance desta Meta depende de dados sociodemográficos ainda não disponíveis.

Dados sobre a Educação de Jovens, Adultos podem permitir alguma aproximação com o cenário, além de serem destacados nas Estratégias da Meta. A EJAI-anos iniciais é oferecida pela Rede Municipal e a EJA anos finais e Ensino Médio são ofertadas pela Rede Estadual. O SESI disponibiliza a EJA (Ensino Fundamental e Médio) por meio de uma plataforma digital; o CEEJA oferece a EJA II e Ensino Médio, por meio do ensino semipresencial no município de Pirassununga e há o Encceja que é uma prova anual de certificação, ofertada pelo MEC/INEP.

A Rede Municipal atende alunos de EJAI (anos iniciais) em apenas uma escola. As matrículas são efetuadas na SED.

Avaliação da Meta 8:

Resultado parcial: Não é possível verificar o alcance atual desta Meta, uma vez que não há dados sociodemográficos disponíveis.

Quadro 8 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 8

Meta 8 – Estratégias	Situação
8.1 - Institucionalizar, em regime de colaboração, programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado,	Para correção de fluxo há o Programa de Certificação em quatro escolas da Rede Municipal. O aluno (jovem, adulto ou idoso) que procurar uma dessas escolas e realizar uma prova de habilidades poderá certificar sua escolaridade, permitindo o

<p>considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.</p>	<p>prosseguimento nos estudos. As escolas estaduais também ofertam o Programa de Certificação.</p> <p>Para os estudantes com dificuldades/baixo rendimento, é obrigatória a oferta de estudos de recuperação contínua e paralela durante o ano letivo.</p>
<p>8.2 - Criar e estimular programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, inclusive rural, que estejam fora da escola e com defasagem idade série, facilitando o acesso no bairro onde mora.</p>	<p>A EJAI, ofertada pela Rede Municipal de ensino, é ministrada em apenas uma escola, mas há transporte escolar para todos os alunos.</p>
<p>8.3 - Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados.</p>	<p>Não há oferta de vagas em EPT articuladas com entidades privadas. Na Rede Municipal não há oferta de EPT.</p>
<p>8.4 - Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência, a fim de garantir a frequência e o apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino, em regime de colaboração com o setor de assistência social.</p>	<p>Programa Busca Ativa, conforme mencionado na Estratégia 2.3. A EJA oferece atividades domiciliares para compensação de ausências.</p> <p>A representante da SME responsável pela EJAI informou realizar visitas semanais à escola, conversar com estudantes, com docentes e gestores e buscar alternativas para diminuir o problema de evasão e abandono.</p>
<p>8.5 - Promover busca ativa de crianças, adolescentes e jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde e dos órgãos de proteção aos direitos da criança e do adolescente (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e da Juventude).</p>	<p>Programa Busca Ativa, conforme mencionado na Estratégia 2.3.</p>
<p>8.6 - Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.</p>	<p>A SME realiza a divulgação do Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) realizado pelo Governo Federal.</p>

Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze anos ou mais) para 93,5% (noventa e três vírgula cinco por cento) até 2015 e até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Status: Meta não avaliada.

Diagnóstico da Meta 9:

Embora não seja possível verificar o alcance desta Meta por meio de dados secundários disponíveis e não haja registros na SME sobre as taxas de alfabetização da população, dados do CadÚnico permitem alguma aproximação com a situação.

Segundo informações do CadÚnico, (https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php . Consulta em 20.mar.2023), em janeiro de 2023, a população inscrita, com mais de 15 anos, apresentou a seguinte situação de escolarização: 2.166 pessoas sem instrução e 9.642 com Ensino Fundamental incompleto. Ainda, 1.974 pessoas inscritas com mais de 15 anos declararam não saber ler ou escrever.

Ainda a título de aproximação, verifica-se que o total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no período entre 2015 e 2021, apresentou queda expressiva. Destaca-se que essa queda esteve concentrada na oferta municipal e a oferta privada deixou de existir. Na Rede Estadual houve crescimento da matrícula, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 28 – Matrículas e variação nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos por dependência administrativa segundo nível/etapa de ensino no município de Leme – SP (2015 e 2021)

Etapa de Ensino	Dependência Administrativa											
	Estadual			Municipal			Privada			Total das Redes		
	2015	2021	Varição da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Varição da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Varição da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Varição da matrícula (2015-2021)
EJA EF	104	176	69,2%	227	39	-82,8%	113	-	-100%	444	215	-51,6%
EJA EM	133	219	64,7%	-	-		262	-	-100%	395	219	-44,6%
Total	237	395	66,7%	227	39	-82,8%	375	0	-100%	839	434	-48,3%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Avaliação da Meta 9:

Resultado parcial: Não é possível verificar o alcance atual desta Meta por meio de dados secundários disponíveis e não há registro, na SME, sobre as taxas de alfabetização da população.

Quadro 9 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 9

Meta 9 – Estratégias	Situação
9.1 - Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	<p>Há 33 alunos matriculados na EJAI da Rede Municipal de Ensino, sendo distribuídos em duas turmas (Termos 1 e 2 e Termos 3 e 4) e há vagas suficientes para todos os que procuram.</p> <p>Destaca-se, porém, conforme registrado no item “Diagnóstico da Meta”, que o município reduziu o número de matrículas da EJAI, entre os anos 2015 e 2021, em mais de 80%.</p>
9.2 - Implementar, em regime de colaboração, ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, contemplando iniciativas como flexibilização de horários, grade curricular, mudança de local de frequência entre outras.	<p>Uma única escola oferta a EJAI no município de Leme. Após a conclusão da EJAI, os alunos são encaminhados para a Rede Estadual para continuidade de estudos na EJA anos finais e Ensino Médio.</p> <p>Não foram identificadas informações sobre os aspectos destacados na Estratégia.</p>
9.3 - Promover o acesso ou continuidade ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.	<p>A Portaria nº 112/2022 dispõe sobre a realização de prova de escolaridade no nível de conclusão do Ensino Fundamental para pessoas não escolarizadas, maiores de quinze anos.</p> <p>A SME não realiza processos de reclassificação, apenas a classificação do estudante com base em competências e habilidades, por meio da realização de uma prova de certificação que definirá o ano escolar para o qual o aluno será encaminhado.</p>
9.4 - Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo	<p>Há campanhas para matrícula com divulgação na mídia e envio de mensagem via WhatsApp para todas as famílias de estudantes da Rede Municipal. A divulgação é realizada também com cartazes em locais estratégicos da cidade,</p>

de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade.	como Postos de Saúde, terminal rodoviário, comércios, etc.). Um carro de som faz as chamadas pelas ruas do município. Existe parceria com a ACIL, com o CODEL e com a SADS para auxiliarem na divulgação.
9.5 - Estabelecer, em articulação com a área da saúde, programa de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da educação de jovens e adultos.	A SME, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, realiza teste de acuidade visual e as situações mais urgentes são encaminhadas para a Saúde.
9.6 - Assegurar recursos financeiros para o atendimento da educação de jovens e adultos, garantindo os padrões de qualidade.	Os recursos para a EJA são garantidos no Orçamento do Município por meio da LDO e do PPA. Os recursos financeiros para a manutenção do ensino na EJA são garantidos pelo FUNDEB e pelo Fundo Municipal de Educação. As escolas também contam com recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola, que contribui para a oferta da EJA.
9.7 - Garantir, qualitativa e significativamente, o atendimento da demanda da educação de jovens e adultos – 1º Segmento, em todo o município, sob formas diversas e flexíveis.	Toda a demanda manifesta é atendida, ou seja, há vagas suficientes para todos os que procuram a escola. Não foram identificadas informações sobre “formas diversas e flexíveis” de oferta.
9.8 - Viabilizar, em parceria com a rede estadual e a iniciativa privada, a garantia de oferta da educação de jovens e adultos – 2º segmento e ensino médio, incentivando os concluintes da EJA – 1º segmento, a prosseguirem seus estudos.	Há visita de transição dos alunos da EJA para a escola da Rede Estadual de destino (EJA II). O Setor de Planejamento e Demanda encaminha estudantes concluintes da EJA (anos iniciais) para a Diretoria de Ensino de Pirassununga visando a continuidade na EJA anos finais.
9.9 - Assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico adequado aos alunos e professores da EJA, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura, que sejam condizentes com a faixa etária desses alunos.	Os alunos recebem um kit de material escolar, uniforme escolar e o material didático (Livros da Editora Moderna) para estudantes. Os professores recebem capacitações quando ao uso dos materiais didáticos.
9.10 - Viabilizar o acesso à informática educacional aos alunos de educação de jovens e adultos da rede pública municipal de ensino.	Existem equipamentos de multimídia na unidade escolar disponíveis para docentes e estudantes.
9.11 - Assegurar formação continuada aos professores e equipe técnico pedagógica da rede municipal de ensino, atuantes na educação de jovens e adultos, respeitando as peculiaridades	Há formação específica realizada pela Editora Moderna sobre o material didático adotado, voltada para docentes da EJA e equipe técnico-pedagógica da Rede

desta modalidade de ensino e assegurando metodologia apropriada.	Municipal. Há também orientações/formações realizadas em HTPCs para docentes da EJAI.
9.12 - Acompanhar a oferta da EJA por meio de avaliações e diagnósticos, com vistas ao desenvolvimento das ações propostas e a efetiva socialização dos seus resultados, buscando a superação dos fatores que dificultam a oferta, o acesso, o rendimento e a permanência do educando desta modalidade de ensino na escola.	A avaliação de aprendizagem dos estudantes da EJAI é elaborada e aplicada pela própria escola.
9.13 - Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.	Não há iniciativas dessa natureza.
9.14 - Realizar a cada dois anos a partir da aprovação deste plano, avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.	Não há iniciativas dessa natureza.
9.15 - Sensibilizar interna e externamente os agentes da educação em relação à modalidade de EJA como direito, garantido vários modelos de atendimento para essa população.	Os modelos de atendimento são a EJAI (Rede Municipal), EJA- 6º ao 9º ano e EJA-EM (Rede Estadual); CEEJA (modelo semipresencial no município de Pirassununga) e Enceja (para certificação).
9.16 - Fomentar, em regime de colaboração com o ensino superior, alterações nas diretrizes dos cursos de pedagogia e licenciaturas estabelecendo a obrigatoriedade de formação em EJA na pedagogia e nas licenciaturas, inclusive com estágio.	Não há iniciativas dessa natureza.

Meta 10 – EJA integrada à EPT

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio na forma integrada à educação profissional.

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 10:

Não há oferta de ensino integrada e não há iniciativas para as Estratégias previstas.

Avaliação da Meta 10:

Resultado parcial: Não há, no município, oferta de Educação de Jovens e Adultos nos ensinos Fundamental e Médio integradas à Educação Profissional.

Quadro 10 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 10

Meta 10 – Estratégias	Situação
10.1 - Realizar mapeamento e caracterização da demanda para esta modalidade de ensino no município, como subsídio ao planejamento e implementação de políticas públicas.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.2 - Viabilizar, em parceria com a rede estadual e particular, programa de educação de jovens e adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.3 - Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.4 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.	Não há iniciativas dessa natureza.

10.5 - Fomentar o desenvolvimento de programa de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.6 - Fomentar a diversidade de práticas pedagógicas, voltadas às especificidades do segmento, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação e formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.7 - Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.8 - Fomentar o desenvolvimento de programa de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.	Não há iniciativas dessa natureza.
10.9 - Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo interrelações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas.	Essa diversificação está contemplada no documento “Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Leme- SP”.

Meta 11 – EPT de nível médio

Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 11:

As matrículas na Educação Profissional e Tecnológica, no período entre 2015 e 2021 ocorreram pela oferta da Rede Estadual, por uma ETEC e em escolas privadas. Nesse período, embora tenha havido aumento nas matrículas na Rede Estadual, houve expressiva queda nas escolas privadas e, no total, das matrículas verificou-se uma redução de 14,5%, como registrado na tabela a seguir.

Tabela 29 - Matrículas e variação nas matrículas na Educação Profissional e Tecnológica por dependência administrativa Leme – SP (2015 e 2021)

	Dependência Administrativa											
	Estadual			Municipal			Privada			Total das Redes		
	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)	2015	2021	Variação da matrícula (2015-2021)
Matr. EPT	855	991	15,9%	-	-		440	116	-73,6%	1295	1107	-14,5%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Como se poderá verificar com maior detalhamento, o aumento de mais de 15% nas matrículas da Rede Estadual em todo o período, variou ano a ano, tendo registrado momentos de queda. Nas escolas privadas só se verificam quedas em todos os anos, como registrado a seguir.

Tabela 30 – Matrícula e variação da matrícula na Educação Profissional e Tecnológica, por dependência administrativa, Leme – SP (2015-2021)

Ano	Estadual	Variação ano a ano	Privada	Variação ano a ano	Total	Variação ano a ano
2015	855		440		1.295	
2016	977	14,3%	380	-13,6%	1.357	4,8%
2017	1.026	5,0%	269	-29,2%	1.295	-4,6%
2018	1.032	0,6%	214	-20,4%	1.246	-3,8%
2019	1.009	-2,2%	196	-8,4%	1.205	-3,3%
2020	1.057	4,8%	190	-3,1%	1.247	3,5%
2021	991	-6,2%	116	-38,9%	1.107	-11,2%

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Avaliação da Meta 11:

Resultado parcial: Aumento de 15.9% das matrículas de Educação Profissional de nível Médio nas escolas da Rede Estadual, entre 2015 e 2021, distante do que a Meta estabelece.

Destaca-se que não se verificam iniciativas para a maioria das estratégias previstas. O alcance desta Meta supõe articulações com a Rede Estadual, escolas privadas e com o Governo Federal.

Quadro 11 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 11

Meta 11 – Estratégias	Situação
11.1 - Viabilizar, em regime de colaboração com o poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública de ensino.	Não há colaboração entre esferas de governo no campo da Educação Profissional e Tecnológica. Não há expansão.
11.2 - Viabilizar, em regime de colaboração com o poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.	Não há iniciativas dessa natureza.
11.3 - Viabilizar, em regime de colaboração com o poder público estadual e federal, ações junto à iniciativa privada visando ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.	Não há iniciativas dessa natureza.
11.4 - Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Não há iniciativas dessa natureza.
11.5 - Fomentar, em articulação com as escolas públicas e privadas, a procura por cursos profissionalizantes/técnicos através de feira de profissões e outras formas de divulgação.	A ETEC Deputado Salim Sedeh promove feiras para divulgação de seus trabalhos.
11.6 - Promover e fortalecer a articulação entre as escolas técnicas públicas e privadas e empresas a fim de estimular a prática do estágio com ou sem remuneração.	A ETEC Deputado Salim Sedeh, o Colégio Lumen e o Senai, incentivam a prática de estágios com e sem remuneração.

Meta 12 – Ensino Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 12:

Embora o PME não seja responsabilidade exclusiva das políticas municipais, algumas das metas e estratégias definidas não são alcançáveis a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. Ainda, em alguns casos, o município não tem incidência sobre o que é declarado na meta. Este é o caso da Meta 12.

Ainda que a SME possua convênio com a UNIVESP para a oferta de cursos de na modalidade EAD para Licenciatura em Pedagogia, Letras e Matemática, não há incidência municipal para as estratégias anunciadas.

Avaliação da Meta 12:

Resultado parcial: Meta não alcançável a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. O município não tem incidência sobre o que é declarado na Meta.

Quadro 12 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 12

Meta 12 – Estratégias	Situação
12.1 - Fomentar as matrículas na rede federal de educação superior, da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica junto ao MEC considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uniformizando a expansão do território nacional.	Não há incidência do município sobre essa Estratégia.
12.2 - Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação	A Secretaria Municipal possui um convênio com a UNIVESP para a oferta

de professores para a educação básica, a fim de atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.	de cursos na modalidade EAD para Licenciatura em Pedagogia, Letras e Matemática.
12.3 - Discutir e propor, junto às instituições do Ensino Superior, a inclusão nas matrizes curriculares de todos os cursos de formação dos docentes, temas referentes à educação e direitos humanos, educação sexual, ética, educação ambiental, questões étnico-raciais e diversidade.	Não há incidência do município sobre essa Estratégia.

Meta 13 – Qualidade do Ensino Superior

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento) sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 13:

Embora o PME não seja responsabilidade exclusiva das políticas municipais, algumas das metas e estratégias definidas não são alcançáveis a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. Ainda, em alguns casos, o município não tem incidência sobre o que é declarado na meta. Este é o caso da Meta 13.

Avaliação da Meta 13:

Resultado parcial: Meta não alcançável a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. O município não tem incidência sobre o que é declarado na Meta.

Quadro 13 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 13

Meta 13 e suas Estratégias	Situação
13.1 - Apoiar, em regime de colaboração, o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.	Não há incidência do município sobre essa Estratégia.

Meta 14 – Pós-graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil mestres) e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 14:

Embora o PME não seja responsabilidade exclusiva das políticas municipais, algumas das metas e estratégias definidas não são alcançáveis a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. Ainda, em alguns casos, o município não tem incidência sobre o que é declarado na meta. Este é o caso da Meta 14.

Ainda assim, destaca-se a contribuição indireta do município no incentivo aos docentes relativo à Progressão na Carreira, contida no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Leme, (LEME, 2019): Art. 31 - Para a progressão vertical, o profissional do magistério público deverá comprovar, no mínimo, trezentas horas de capacitação funcional, sendo considerado: I – curso de aperfeiçoamento/capacitação vinculado a área de atuação; II – curso de pós-graduação “lato sensu” ou de especialização; III - curso de mestrado e doutorado acadêmico “stricto sensu”.

Avaliação da Meta 14:

Resultado parcial: Meta não alcançável a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. O município não tem incidência sobre o que é declarado na Meta.

Quadro 14 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 14

Meta 14 e suas Estratégias	Situação
14.1 - Apoiar, junto das instituições de educação superior, as ações de incentivo dos cursos da pós-graduação stricto sensu na formação continuada dos docentes.	Não há iniciativas dessa natureza.
14.2 - Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas à programas de mestrado e doutorado.	Não há incidência do município sobre essa Estratégia.

Meta 15 – Formação de profissionais da Educação

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em cursos de licenciatura na área do conhecimento em que atuam.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 15:

A adequação da formação docente na Educação Infantil realizada na Rede Municipal de Educação em Leme, registrou queda entre as funções docentes ocupadas por professores que possuem licenciatura pedagógica (esperada para docentes na EI) entre os anos de 2015 e 2018; um ligeiro aumento em 2019; aumento em 2020; e novamente redução em 2021. Inversamente, verificou-se, nesses anos, o aumento entre os que não possuem Ensino Superior de 17,6 p.p. entre os anos de 2015 e 2021, como registrado na tabela a seguir.

Tabela 31 – Adequação da formação docente na Educação Infantil ofertada pela Rede Municipal, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação Infantil						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	69,7	68,6	49,4	41,8	48,2	67,3	52,3
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	-	0,3	0,9	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	11,8	14,4	36,6	30,7	20,6	23,0	15,9
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	4,5	4,2	3,8	2,7	3,4	2,3	0,2
5	Sem formação superior	14,0	12,5	9,3	24,8	27,8	7,4	31,6

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nas escolas privadas com oferta de Educação Infantil destaca-se, no período de vigência do PME, o aumento de funções docentes ocupadas por profissionais com Ensino Superior em áreas diferentes da adequada, embora com complementação pedagógica, bem como a expressiva redução de funções docentes ocupadas por profissionais sem formação superior, como registrado a seguir.

Tabela 32 – Adequação da formação docente na Educação Infantil ofertada em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação Infantil						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	50,0	50,0	33,3	60,3	63,7	67,5	66,0
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	-	-	-	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	15,9	22,4	30,8	17,9	22,0	22,5	31,9
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	6,8	10,3	15,4	6,4	-	-	0,0
5	Sem formação superior	27,3	17,3	20,5	15,4	14,3	10,0	2,1

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

O conjunto funções docentes na Rede Municipal e em escolas privadas apresentou aumento daquelas funções ocupadas por profissionais que não possuem formação superior e redução no percentual que representa os que possuem formação adequada (Ensino Superior em Pedagogia) e formação superior em outras áreas, com complementação pedagógica, como registrado na tabela a seguir.

Tabela 33 – Adequação da formação docente na Educação Infantil ofertada no total das redes, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação Infantil						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	67,4	65,7	47,1	44,0	50,1	67,3	53,0
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	-	0,3	0,8	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	12,3	15,7	35,8	29,2	20,8	23,0	16,6
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	4,8	5,1	5,5	3,2	3,0	1,9	0,2
5	Sem formação superior	15,5	13,2	10,8	23,6	26,1	7,8	30,2

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A situação da adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal, é mais favorável do que a verificada na Educação Infantil: são mais de 80% das funções docentes ocupadas por profissionais com licenciatura em Pedagogia (esperado para essa etapa da escolarização). Ainda, destaca-se a queda contínua de docentes sem formação superior, como registrado a seguir.

Tabela 34 – Adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Municipal, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Fundamental - Anos Iniciais						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	72,2	72,9	73,4	72,9	78,7	75,6	81,7
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	0,4	0,2	0,2	-	-	1,1	0,9
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	13,4	15,0	14,7	16,4	15,2	19,4	14,7
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	2,6	3,4	2,8	3,0	1,5	0,3	0,0
5	Sem formação superior	11,4	8,5	8,9	7,7	4,6	3,6	2,7

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nas escolas privadas, com oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, verifica-se um percentual mais elevado de docentes sem formação superior do que aquele verificado na Rede Municipal, como registrado a seguir.

Tabela 35 – Adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Fundamental - Anos Iniciais						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	76,0	68,2	69,1	67,0	77,6	75,2	85,5
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	2,6	2,3	6,0	4,7	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	10,7	11,8	7,3	12,1	11,2	12,0	8,6
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	-	-	-	1,6	1,7	0,2	0,0
5	Sem formação superior	10,7	17,7	17,6	14,6	9,5	12,6	5,9

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

No total das redes, o percentual de docentes com e sem formação superior está registrado na tabela a seguir.

Tabela 36 – Adequação da formação docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no total das redes, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Fundamental - Anos Iniciais						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	72,6	72,4	73,0	72,1	78,6	75,5	82,1
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	0,6	0,4	0,8	0,6	-	0,9	0,8
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	13,1	14,6	13,9	15,8	14,7	18,3	14,0
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	2,4	3,1	2,5	2,8	1,5	0,3	0,0
5	Sem formação superior	11,3	9,5	9,8	8,7	5,2	5,0	3,1

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nos anos finais do Ensino Fundamental adequação da formação docente é aquela realizada no Ensino Superior na área ou disciplina lecionada, com licenciatura ou complementação pedagógica. Na Rede Estadual verificou-se o crescimento das funções docentes ocupadas por profissionais com essa formação, como registrado na tabela a seguir.

Tabela 37 – Adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Fundamental - Anos Finais						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	71,9	71,3	72,8	74,7	77,6	77,6	81,5
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	8,6	9,6	7,3	-	-	0,2	0,6
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	14,2	14,8	17,3	21,7	21,7	18,8	17,7
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	3,9	1,6	1,3	1,4	0,6	3,1	0,0
5	Sem formação superior	1,4	2,7	1,3	2,2	0,1	0,3	0,2

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Nas escolas privadas com oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, o percentual de profissionais com formação adequada é 11,9 p.p. inferior ao apresentado na Rede Estadual. Ainda, o percentual de docentes sem formação atuando em escolas privadas foi, com exceção do ano de 2015, superior aos que atuam na Rede Estadual em todos os anos de vigência do PME. A tabela a seguir registra os dados da adequação da formação docente nas escolas privadas do município.

Tabela 38 – Adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Fundamental - Anos Finais						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	80,8	76,0	70,9	55,5	55,7	65,4	69,6
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	5,8	11,1	6,1	2,8	1,3	-	0,8
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	8,5	10,1	17,6	32,2	33,0	30,1	28,6
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	4,5	2,8	3,3	3,9	1,7	0,8	0,0
5	Sem formação superior	0,4	-	2,1	5,6	8,3	3,7	1,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

No total das redes, o percentual de docentes sem formação superior está registrado na tabela a seguir.

Tabela 39 – Adequação da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental, no total das redes, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Fundamental - Anos Finais						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	73,3	71,9	72,5	71,4	73,6	74,9	78,5
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	8,1	9,7	7,1	0,5	0,2	0,1	0,7
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	13,3	14,2	17,3	23,5	23,8	21,3	20,4
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	4,0	1,8	1,6	1,8	0,8	2,6	0,0
5	Sem formação superior	1,3	2,4	1,5	2,8	1,6	1,1	0,4

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

No Ensino Médio, ofertado pela Rede Estadual, os percentuais de funções docentes ocupadas por profissionais com a mais adequada formação se apresentam inferiores àqueles identificados nos anos finais do Ensino Fundamental, como registrado a seguir.

Tabela 40 – Adequação da formação docente no Ensino Médio, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Médio						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	70,0	69,5	71,3	68,9	63,8	63,8	69,9
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	6,4	6,0	4,1	-	0,1	0,3	0,2
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	14,7	18,6	19,6	26,2	32,5	33,0	29,9
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	4,3	3,9	4,3	4,4	2,1	2,2	0,0
5	Sem formação superior	4,6	2,0	0,7	0,5	1,5	0,7	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A situação se inverte em relação às escolas privadas que apresentam percentuais de adequação mais elevados no Ensino Médio. Chama a atenção a existência de docentes sem formação superior atuando no Ensino Médio nas escolas privadas, como registrado a seguir.

Tabela 41 – Adequação da formação docente no Ensino Médio, em escolas privadas, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Médio						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	63,2	65,4	66,7	70,1	68,4	64,8	81,3
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	6,0	8,5	7,8	1,8	3,7	1,9	0,9
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	21,4	21,3	20,1	20,4	24,6	28,8	15,9
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	9,4	4,8	5,4	5,4	2,2	1,5	0,0
5	Sem formação superior	-	-	-	2,3	1,1	3,0	1,9

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

No total das redes, o percentual de docentes com e sem formação superior está registrado na tabela a seguir.

Tabela 42 – Adequação da formação docente no Ensino Médio, total das redes, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Ensino Médio						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	69,0	69,0	70,6	69,1	64,7	64,0	72,3
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	6,3	6,3	4,7	0,3	0,8	0,6	0,3
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	15,7	19,0	19,7	25,3	31,1	32,2	26,9
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	5,0	4,0	4,4	4,6	2,1	2,1	0,0
5	Sem formação superior	4,0	1,7	0,6	0,7	1,3	1,1	0,5

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, ofertada pela Rede Municipal contou com quase 100% das funções docentes ocupadas por profissionais com Ensino Superior em áreas ou disciplinas diferentes daquelas em que lecionam, com complementação pedagógica nos últimos três anos, conforme registrado na tabela a seguir.

Tabela 43 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, na Rede Municipal, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	-	-	-	-	-	3,6	0,0
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	-	-	-	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	78,3	75,0	83,1	83,3	100,0	96,4	100,0
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	-	-	8,5	8,3	-	-	0,0
5	Sem formação superior	21,7	25,0	8,4	8,4	-	-	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A oferta realizada pela Rede Estadual contou com mais da metade das funções docentes ocupadas por profissionais com formação adequada em quase todos os anos de vigência do PME, com exceção do ano de 2015, como reportado na tabela a seguir.

Tabela 44 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	46,4	71,4	55,4	58,3	59,6	55,1	58,3
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	7,1	4,8	17,9	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	39,3	9,5	19,6	31,7	40,4	44,9	41,7
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	-	9,5	7,1	6,7	-	-	0,0
5	Sem formação superior	7,2	4,8	-	3,3	-	-	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

No total das redes municipal e estadual destaca-se a ausência de docentes sem formação superior no Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 45 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, todas as redes, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	10,2	20,7	24,4	24,3	30,1	36,4	36,8
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	1,6	1,4	7,9	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	70,9	52,4	55,1	61,8	69,9	63,6	63,2
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	-	7,6	7,9	7,6	-	-	0,0
5	Sem formação superior	17,3	17,9	4,7	6,3	-	-	0,0

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

A tabela a seguir registra a distribuição percentual da adequação da formação docente no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos ofertada pela Rede Estadual.

Tabela 46 – Adequação da formação docente na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio, na Rede Estadual, Leme – SP (2015-2021)

Grupo	Descrição/Categoria	Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio						
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	70,5	62,5	66,7	56,3	51,3	51,5	57,6
2	Bacharel (sem complementação pedagógica) na área ou disciplina que leciona	-	5,6	-	-	-	-	0,0
3	Licenciado e/ou Bacharel (com complementação pedagógica) em área diferente da disciplina que leciona	25,0	23,6	19,7	36,8	48,7	48,5	40,9
4	Superior (não considerada nas categorias anteriores)	-	-	9,1	1,1	-	-	0,0
5	Sem formação superior	4,5	8,3	4,5	5,8	-	-	1,5

Fonte: Censo Escolar. MEC/Inep.

Avaliação da Meta 15:

<p>Resultado parcial: Conforme critérios adotados pelo MEC para a definição da adequação da formação docente, verificou-se a seguinte situação dos docentes em 2021:</p> <p>Educação Infantil: Rede Municipal – 52,3% no G1 e 31,6% no G5; Escolas privadas – 66% no G1 e 2,1% no G5.</p> <p>Ensino Fundamental Anos Iniciais: Rede Municipal – 81,7% no G1 e 2,7% no G5; Escolas privadas – 85,5% no G1 e 5,9% no G5.</p> <p>Ensino Fundamental Anos Finais: Rede Estadual – 81,5% no G1 e 0,2% no G5; Escolas privadas – 69,6% no G1 e 1% no G5.</p> <p>Ensino Médio: Rede Estadual – 69,9% no G1 e 0% no G5; Escolas privadas – 81,3% no G1 e 1,9% no G5.</p> <p>Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental: Rede Municipal – 100% no G3; Rede Estadual – 58,3% no G1 e 41,7% no G3.</p> <p>Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio: Rede Estadual – 57,6% no G1 e 40,9% no G3.</p>
--

Destaca-se que a adequação da formação docente demanda esforços e iniciativas para que a Meta seja alcançada em toda a Educação Básica no município. Verifica-se que a adequação é superior no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), mas ainda não está próxima do que a meta estabelece.

Quadro 15 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 15

Meta 15 – Estratégias	Situação
<p>15.1 - Colaborar, nos limites de sua competência, na elaboração de plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Municípios e Distrito Federal, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.</p>	<p>Em 2019, por meio de parceria com a Unesco, foi realizado um diagnóstico das necessidades formativas de docentes da Rede Municipal e sua consonância com as definições da Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>A SME, realiza um levantamento das demandas formativas, que consta no Documento Orientador 2023, p. 21. Os cursos são ofertados em parceria com o Instituto Avisa Lá e através de propostas de metodologias de formação pela Unesco.</p> <p>Não há parceria com instituições de ensino superior para oferta de formação continuada aos educadores.</p>
<p>15.2 - Desenvolver programa de iniciação à docência a estudantes matriculados em</p>	<p>Não há programa de iniciação à docência.</p>

<p> cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública.</p>	
<p>15.3 - Utilizar plataformas eletrônicas para conhecer a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.</p>	<p>Não há plataformas para conhecer a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos de docentes.</p>
<p>15.4 - Desenvolver política de formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço.</p>	<p>A equipe pedagógica disponibiliza vários cursos de formação em serviço, em parceria com o Instituto Avisa Lá, por exemplo. Também são realizados estudos nas HTPC's, conduzidos tanto pelas equipes gestoras das Unidades Escolares, quanto pela equipe pedagógica da SME.</p> <p>O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Leme, prevê a progressão vertical por meio da realização de cursos. Os cursos de aperfeiçoamento contam para essa progressão.</p>
<p>15.5 - Valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da rede pública de educação básica.</p>	<p>A Rede Municipal de Ensino de Leme incentiva a prática de estágio remunerado, sendo os estagiários direcionados para atuação nas creches e para o atendimento dos alunos da Educação Especial. Também recebe estudantes de licenciaturas para a realização de estágio obrigatório, não remunerado.</p>
<p>15.6 - Fomentar a participação de docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício, em cursos e programas especiais para assegurar formação específica em sua área de atuação.</p>	<p>Docentes com formação em nível médio são incentivados a ingressar em cursos de licenciatura, oferecidos pela Univesp.</p>
<p>15.7 - Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, educação integral e para a educação especial.</p>	<p>São ofertados cursos de formação continuada para docentes, cujas temáticas também versam sobre a educação especial e educação integral. Não há curso específico voltado à educação do campo. Não há distinção entre as formações de docentes que atuam na zona urbana e rural.</p>
<p>15.8 - Estimular, nos cursos de licenciatura, a</p>	<p>Não há incidência do município sobre essa</p>

<p>renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica.</p>	<p>Estratégia.</p>
<p>15.9 - Implantar política de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, em articulação com os programas dos governos estadual e federal.</p>	<p>Não há articulação com programas dos governos estadual e federal para a oferta de formação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. A Rede Municipal oferta formação para os funcionários (agente administrativo, monitor de educação, monitor de projeto, merendeira, berçarista, estagiários, inspetores, serviços gerais etc.).</p>

Meta 16 – Formação docente – continuada e pós-graduação

Formar em nível de pós-graduação 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Status: Meta em andamento.

Diagnóstico da Meta 16:

Não há programas, nem oferta de bolsa de estudos na Rede Municipal e não foram localizadas informações sobre a Rede Estadual.

Há incentivo para os professores realizarem cursos de pós-graduação em função do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Leme, que prevê a ascensão na carreira por meio da progressão vertical, assim como no Plano de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais, da Secretaria Estadual de Educação.

Avaliação da Meta 16:

Resultado parcial: Número de Professores com pós-graduação na Rede Municipal: Creche – 88 de 145 ou 60,7%; Pré-Escola – 105 de 161 ou 65,2%; Ensino Fundamental – 252 de 429 ou 58,7%.

Embora a Rede Municipal tenha ultrapassado os percentuais declarados na Meta, a Meta se refere à toda a Educação Básica e não há informações para declarar a meta concluída.

Quadro 16 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 16

Meta 16 – Estratégias	Situação
16.1 - Colaborar no planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	<p>O município não atua no planejamento estratégico para formação em nível de pós-graduação. Não há parceria com universidades para a oferta desse tipo de formação. Há incentivo, via Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Leme, para que os docentes realizem esses cursos.</p> <p>A SME planeja a formação continuada dos professores, por meio do levantamento de demandas formativas.</p>
16.2 - Expandir programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação básica.	<p>Todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Leme possuem salas de leitura, equipadas com acervos de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários. Ainda, os acervos disponíveis são adequados à faixa etária atendida por cada escola e há monitor de projeto (efetivo) que permanece na sala de leitura e realiza contação de histórias, auxilia no atendimento aos alunos nesse espaço (empréstimos, pesquisas, entre outros). Esse profissional recebe formação/treinamento para a atuação na sala de leitura.</p> <p>A SME desenvolve o Projeto “Casa dos Contos” no Lago Municipal, aberto a visitas das escolas e da comunidade. No Ensino Fundamental é desenvolvido o Projeto Ler e Rer (leitura deleite), em que a criança faz a leitura de livros para outras crianças.</p> <p>Nas salas de leitura das escolas, também há acervo de livros/materiais disponíveis para</p>

	<p>formação dos professores. A SME também possui amplo acervo disponível aos educadores e adquire livros, conforme indicações e solicitações dos educadores.</p>
<p>16.3 - Criar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.</p>	<p>No período de pandemia da Covid 19, a Prefeitura do Município de Leme, por meio da Secretaria Municipal de Educação, lançou a plataforma “EducaLeme Digital- Aprendendo em casa”.</p> <p>A iniciativa proporcionou aos estudantes da Rede Municipal de Ensino, acesso a conteúdos e atividades durante o período de isolamento social.</p> <p>A Plataforma foi uma maneira de mitigar os prejuízos educacionais, sendo uma ferramenta para a promoção do ensino e da aprendizagem.</p> <p>Essa plataforma também proporcionou a formação continuada de professores.</p> <p>A Plataforma EducaLeme Digital ficou disponível até o final de 2022. Atualmente a Rede Municipal não faz uso de plataformas/ portal eletrônico.</p>
<p>16.4 - Prever, no plano de carreira do magistério público municipal, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação em senso estrito.</p>	<p>Definições explicitadas na Lei Complementar nº 862 de 30/06/2022.</p>
<p>16.5 - Assegurar dotação orçamentária para qualificação e formação continuada dos profissionais da educação.</p>	<p>Previsto no Plano Plurianual.</p>
<p>16.6 - Assegurar a participação dos profissionais da educação na definição do perfil dos cursos de formação continuada e na avaliação dos mesmos.</p>	<p>Em 2019, por meio de parceria com a Unesco, foi realizado um diagnóstico das necessidades formativas de docentes da Rede Municipal e sua consonância com as definições da Base Nacional Comum Curricular.</p> <p>A SME, realiza um levantamento das demandas formativas, que consta no Documento Orientador 2023, p. 21.</p>
<p>16.7 - Assegurar a oferta permanente de cursos de formação continuada para os profissionais da educação, nas diferentes áreas de atuação (docência, coordenação, direção, etc.), valorizando-se a integração entre estas</p>	<p>A SME oferta regularmente formações e cursos à Direção e Coordenação das escolas; há reuniões quinzenais ou mensais para orientações e/ou formações e estas são destinadas às equipes escolares em</p>

<p>diferentes áreas e situando a escola como centro de formação.</p>	<p>HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo). Ainda, a equipe pedagógica da SME atua diretamente junto aos coordenadores das escolas, promovendo várias formações, cursos, reuniões de orientações.</p> <p>Em 2019, houve um curso para gestores, visando desencadear o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas. Em 2021, houve curso sobre relações interpessoais e resolução de conflitos. Também, diferentes setores da SME promovem formações com os diretores. A Supervisão também realiza orientações acerca do trabalho administrativo, regulamentações, Conselho de Escola/Associação de Pais e Mestres. Houve também o curso Guia ODS.</p> <p>Há parceria com o Instituto Avisa-lá para a oferta de várias formações/cursos e propostas de metodologias formativas através da UNESCO.</p> <p>Os monitores que atuam diretamente com alunos também participam de formações promovidas pela SME e das HTPCs nas escolas.</p>
<p>16.8 - Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acessos a bens culturais pelo magistério público.</p>	<p>O município não participa do Plano Nacional do Livro e Leitura e do Programa Nacional de disponibilização de recursos para acessos a bens culturais pelo magistério público. O município participa do Programa Nacional de Livro e do Material Didático (PNLD).</p>

Meta 17 – Valorização do Magistério

Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 17:

A SME informou não realizar comparativos em virtude do Piso Nacional do Magistério.

Avaliação da Meta 17:

Resultado parcial: A SME informou não realizar comparativos em virtude do Piso Nacional do Magistério.

Quadro 17 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 17

Meta 17 – Estratégias	Situação
17.1 - Assegurar o cumprimento do Plano de Carreira, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino nas formas legais.	O cumprimento do Plano se dá em sua execução.
17.2 - Garantir o cumprimento de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho em atividades extraclasse, dos profissionais do magistério do Sistema Público Municipal de Ensino, conforme determina a Lei 11.738/2008.	A Rede Municipal cumpre 1/3 da jornada de trabalho docente em atividades extraclasse, conforme Decreto nº 6.830, de 25 de janeiro de 2017, que “Dispõe sobre a adequação da carga horária de trabalho e do cumprimento da jornada de trabalho do docente da Rede Municipal de Leme”.
17.3 - Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios periodicamente divulgados pelo IBGE.	Há acompanhamento da evolução salarial pelo setor de Recursos Humanos, mas não por meio de dados divulgados pelo IBGE.
17.4 - Garantir, anualmente, a revisão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, contemplando níveis de remuneração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e visando a implementação gradual da jornada de trabalho	O PEB II pode ter sua jornada em mais que uma escola. A jornada do PEB I (de um cargo) é concentrada em apenas uma escola, mas professores (PEB I) com dois cargos podem exercer suas funções em uma única escola ou em duas, dependendo da atribuição de

cumprida em um único estabelecimento escolar.	classes/ aulas. Não há uma política que garanta a concentração da jornada docente em um único estabelecimento escolar.
---	--

Meta 18 – Plano de Carreira do Magistério

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino

Status: Meta concluída.

Diagnóstico da Meta 18:

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Leme, Lei Complementar 806/2019, está em execução.

Avaliação da Meta 18:

Resultado parcial: O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público do Município de Leme, Lei Complementar 806/2019, está em execução.

Quadro 18 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 18

Meta 18 – Estratégias	Situação
18.1 - Manter o sistema de ensino no que diz respeito ao quadro de profissionais do magistério, a totalidade de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício na Rede Municipal de educação.	Percentual de professores efetivos na Rede Municipal, em 2022: Creche – 98,6% Pré-Escola – 96,3% Ensino Fundamental – 96,3%
18.2 - Implantar programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não efetivação do professor ao final do estágio probatório.	Não há programa. A equipe gestora da Unidade Escolar acompanha e orienta regularmente os professores iniciantes ao longo do ano letivo. Há avaliações periódicas (anuais) de desempenho, onde as orientações/ indicações são apontadas.

<p>18.3 - Assegurar a oferta de cursos técnicos de nível médio destinados à formação de funcionários de escola para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infraestrutura escolar, inclusive para alimentação escolar, sem prejuízo de outras.</p>	<p>Não há oferta de cursos técnicos para funcionários de escola.</p>
<p>18.4 - Implantar, na Rede Municipal de educação, política de formação continuada para funcionários de escola, construída em regime de colaboração com o governo Estadual e Federal.</p>	<p>Há oferta de formações promovidas pelo município, para agentes administrativos, monitores, agentes de serviços, merendeiras etc., como por exemplo, formações com o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho). Não há política realizada em parceria com governo estadual ou federal.</p>
<p>18.5 - Realizar, anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo do(as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.</p>	<p>Embora o município não tenha incidência direta sobre essa Estratégia, as escolas alimentam a Secretaria Escolar Digital, informando os profissionais da educação em exercício no ano, cujos dados são migrados para o Educacenso. Esses dados compõem o Censo Escolar.</p>
<p>18.6 - Assegurar mecanismos de avaliação permanente de todos os profissionais da educação visando atingir maiores índices, tanto nos aspectos qualitativos como nos quantitativos do ensino público municipal.</p>	<p>Os profissionais da educação são permanentemente orientados pela equipe gestora em HTPCs HTPIs visando o aprimoramento, o melhor desempenho do profissional e a obtenção de melhores índice e resultados educacionais. Essas orientações constam das pautas de HTPCs, registros de HTPIs, de relatórios de acompanhamento e de atas de registros.</p> <p>Há também avaliações periódicas de desempenho (anuais), por meio das quais são realizados os apontamentos do trabalho realizado e sugestões de melhoria na atuação. Para a realização dessas avaliações, a SME disponibiliza formulários destinados a diferentes profissionais: magistério, administrativo, especializado, gerencial e operacional. Os formulários são preenchidos por um avaliador.</p>

Meta 19 – Nomeação de diretores escolares

Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 19:

Para escolas com 10 classes ou mais, há um diretor efetivo (concurado) e para escolas menores há designação de vice-diretor pelo Secretário de Educação.

Avaliação da Meta 19:

Resultado parcial: Não há nomeação comissionada de Diretor de Escola vinculada a critérios técnicos de mérito, desempenho e à participação da comunidade escolar.

Quadro 19 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 19

Meta 19 – Estratégias	Situação
19.1 - Estabelecer critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como processos que garantam a participação da comunidade escolar na indicação para a nomeação de diretores escolares.	Não são utilizados processos que garantam a participação da comunidade escolar na indicação para a nomeação de Diretores Escolares.
19.2 - Considerar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores escolares.	O município não utiliza prova nacional específica para a definição de critérios objetivos para o provimento do cargo de Diretor Escolar. Há realização de concurso público.
19.3 - Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos Conselhos de Alimentação Escolar, dos Conselhos Regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para	O município oferece o suporte necessário para apoiar o funcionamento dos Conselhos (espaço físico para reuniões, transporte quando necessário, materiais e equipe de apoio, etc.). Não há disponibilização de recursos financeiros, apenas materiais e infraestrutura adequada para o bom funcionamento dos Conselhos.

<p>visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.</p>	<p>As formações ocorrem por meio do FNDE e do Tribunal de Contas.</p>
<p>19.4 - Constituir fóruns permanentes de educação com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação (PME) e dos seus planos de educação.</p>	<p>Há Fórum constituído, mas não há atuação. No período de vigência do PME a SME realizou uma Conferência junto à SADS, para discussão sobre a Educação Especial.</p> <p>Para avaliação do PME foi criada a Portaria nº 31/2019, que dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica do Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Leme e a Portaria nº 116/2017 que instituiu o Fórum Municipal Permanente de Educação para acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Educação – para o decênio 2015/2025 e dá outras providências, para o seu acompanhamento.</p>
<p>19.5 - Estimular em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares por meio das respectivas representações.</p>	<p>As Unidades Escolares do município de Leme possuem APM e Conselho de Escola e disponibilizam espaços adequados e condições de funcionamento a ambos.</p> <p>As escolas municipais não possuem Grêmio Estudantil.</p>
<p>19.6 - Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, com instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.</p>	<p>A SME apoia e incentiva a constituição dos conselhos, dando suporte para sua atuação: disponibiliza espaços para reuniões (nas escolas e SME), disponibiliza materiais e transporte (quando necessário). Não são ofertadas pela SME formações para os referidos órgãos colegiados.</p>
<p>19.7 - Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos Projetos Político Pedagógicos (PPP), currículos escolares, plano de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.</p>	<p>Os profissionais da educação, alunos e familiares foram convidados a participar da elaboração do documento Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Leme/SP. Os Regimentos Escolares e PPPs necessitam revisão. Segundo a Supervisora de Ensino, há um Regimento Padrão da SME/ 2000 (Decreto 4408/2000) que necessita de ajustes para refletir a realidade atual. A SME pretende desencadear um processo de construção coletiva dos Regimentos Escolares, envolvendo profissionais da educação e familiares.</p> <p>O processo de construção coletiva dos PPPs</p>

	<p>também será retomado. Houve uma assessoria para a elaboração do PPP e ficou inacabada devido à pandemia. Para 2023 a SME está organizando nova formação para subsidiar as escolas na construção coletiva desse documento. A supervisora de ensino também está elaborando uma Instrução Normativa acerca da elaboração do PPP.</p> <p>Os profissionais da Educação realizam autoavaliação do trabalho desenvolvido. Não há participação dos pais na avaliação dos docentes e gestores.</p>
<p>19.8 - Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.</p>	<p>Há oferta de suporte técnico para auxiliar as escolas a terem autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Cada estabelecimento de ensino tem autonomia para organizar seu trabalho, desde que respeite as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação e a legislação vigente.</p> <p>Não há descentralização de recursos financeiros municipais diretamente às escolas. As Unidades recebem recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, podendo investir conforme suas necessidades. Quando as escolas precisam da realização de serviços, reformas, materiais e equipamentos solicitam à SME.</p>

Meta 20 – Financiamento da Educação

Ampliar investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.” (Plano Nacional de Educação 2014-2024).

Status: Meta não realizada.

Diagnóstico da Meta 20:

Embora o PME não seja responsabilidade exclusiva das políticas municipais, algumas das metas e estratégias definidas não são alcançáveis a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central, com o governo estadual ou com universidades públicas. Ainda, em alguns casos, o município não tem incidência sobre o que é declarado na meta. Este é o caso da Meta 20.

Avaliação da Meta 20:

Resultado parcial: Meta não alcançável a partir do município, demandando gestões e articulações políticas com o governo central e com governos estaduais em todo o país. O município não tem incidência sobre o que é declarado na Meta.

Embora a Meta não seja alcançável a partir do município, a realização de algumas de suas estratégias podem contribuir para o controle social e transparência no uso dos recursos.

Quadro 20 – Síntese da situação das Estratégias – Meta 20

Meta 20 – Estratégias	Situação
20.1 - Implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimento em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático escolar, alimentação e transporte escolar.	Não foi possível obter informações sobre o acompanhamento regular dos indicadores referidos na meta.
20.2 - Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública.	Não foi possível obter informações sobre o acompanhamento regular dos indicadores referidos na meta.
20.3 - Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais, vigentes nos próximos 10 (dez) anos, a previsão do suporte financeiro às metas	Previsões de recursos financeiros registradas no PPA para as metas: 1, 2, 3, 4, 5 e 7, sendo que a meta 18 está

constantes deste Plano Municipal de Educação.	executada.
20.4 - Compartilhar responsabilidades, a partir das determinações constitucionais, entre os sistemas educacionais, visando atingir as metas estabelecidas nos respectivos planos.	Não foi possível obter a informação sobre o compartilhamento das responsabilidades visando o alcance das metas dos planos municipal, estadual e nacional.
20.5 - Obter recursos financeiros junto às esferas federal e estadual, por meio de apresentação de projetos, para melhorar a qualidade do ensino no Município.	O município não demanda recursos por meio da apresentação de projetos.
20.6 - Garantir o pleno funcionamento do Conselho do FUNDEB, provendo a formação continuada de seus membros, com vistas ao acompanhamento e fiscalização da execução e prestação de contas dos recursos destinados à educação do Município.	Não foi informado se há formação continuada para os membros do Conselho do FUNDEB.
20.7 - Disponibilizar recursos para execução das metas estabelecidas neste Plano Municipal de Educação e priorizadas pela Administração Municipal.	Previsões de recursos financeiros registradas no PPA para as metas: 1, 2, 3, 4, 5 e 7, sendo que a meta 18 está executada.
20.8 - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, mediante formação dos membros dos conselhos de acompanhamento.	Não foi informado se há mecanismos e instrumentos de transparência e controle social.
20.9 - Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública.	Não foi possível obter informações sobre o acompanhamento regular dos indicadores referidos na meta.